DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, quarta- feira, 31 de agosto de 1977 — ANO II - Nº 167

ATOS DO GOVERNADOR
DECRETOS

DECRETO N.o 3.830 DE 30 DE agosto DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Saúde, o crédito suplementar no valor de CR$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

13754282.807 - Manutenção das Atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal
3.2.7.5 - Fundações Instituidas pelo Poder Público
03 - Outros Custeios..... 10.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item III, da Lei Nº 4.320 , de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial, em igual valor, da dotação orçamentária que se segue da Secretaria do Governo:

99999999.999 - Reserva de Contingência
3.2.6.0 - Reserva de Contingência..... 10.000.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º trimestre, das atividades mencionadas neste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Agosto de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA — FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.831 DE 30 DE agosto DE 19 77

Altera o Orçamento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 107, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, combinado com o Art. 28, Item I, do Decreto Nº 3.537, de 30 de dezembro de 1.976, e o que consta no Processo Nº 469.007/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado na forma dos quadros anexos, o orçamento da Fundaçao Hospitalar do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Agosto de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA — FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

3831 30 08
QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº DE DE DE 1.977

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CR$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESA													TOTAL
	3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.4.2	3.2.5.0	3.2.7.0	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.3.0	4.2.6.0	
1.002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	1.000.000	-	-	2.500.000
1.005	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000		-	-	-	1.000.000
1.006	-	-	-	-	-	-	-	-	87.862.424	-	-	-	-	87.862.424
1.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.839.422	6.831.038	650.000	14.000.000	50.320.460
1.008	-	-	-	-	-	-	-	-	30.592.179	-	-	-	-	30.592.179
1.009	-	-	-	-	-	-	-	-	103.854	-	-	-	-	103.854
1.108	-	300.000	-	120.000	-	-	-	-	-	13.807	47.049	-	-	480.856
1.109	-	1.964	29.000	188.850	-	-	-	-	-	8.750	-	-	-	228.564
1.805	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000	-	-	-	-	6.000.000
1.806	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000	-	-	-	-	8.000.000
2.005	51.140	200.000	-	91.890	-	-	-	-	-	91.963	94.367	-	-	529.360
2.807	289.129.600	85.373.301	80.801.298	3.250.000	1.800.000	5.000.000	59.924.000	39.500.000	-	-	-	-	-	566.778.399
TOTAL	289.180.740	85.875.465	80.830.298	3.650.740	1.800.000	5.000.000	59.924.000	39.500.000	133.558.457	30.453.942	7.972.454	650.000	14.000.000	754.396.096

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

-As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

-Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

-As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

-Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

-Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

-A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti 6º andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225 6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

-O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

-O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3831 DE 30/03 DE 1.977

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

Cr$ 1,00

PROJETOS / ATIVIDADES	ORIGEM DOS RECURSOS			TOTAL
	GDF	PRÓPRIOS	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	
1.002 - EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	2.500.000	-	2.500.000
1.005 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DA CEILÂNDIA	-	-	1.000.000	1.000.000
1.006 - AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	-	-	87.062.424	87.062.424
1.007 - REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR	-	17.090.558	33.229.902	50.320.460
1.008 - REFORMA E MELHORAMENTO DA REDE HOSPITALAR	-	8.107.187	22.484.992	30.592.179
1.009 - CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO GUARÁ II	-	103.854	-	103.354
1.100 - COMBATE AO CÂNCER	-	480.856	-	480.856
1.102 - COMBATE À TUBERCULOSE	-	228.564	-	228.564
1.005 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MANUTENÇÃO	6.000.000	-	-	6.000.000
1.005 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERESCOLAR DE SAÚDE DE BRASÍLIA	8.000.000	-	-	8.000.000
2.086 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE MATERNO INFANTIL	-	529.360	-	529.360
2.007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	349.116.600	217.661.799	-	566.778.399
T O T A L	363.116.600	246.702.178	144.577.318	754.396.096

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3831 DE 30 DE agosto DE 1.977

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CR$ 1,00

R E C E I T A S		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADES	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	554.918.752	FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO	754.396.096
1300.00.00 - RECEITAS INDUSTRIAL	195.172.298	PROGRAMA 75 - SAÚDE	754.396.096
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		SUBPROGRAMA 021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.500.000
- Governo do Distrito Federal	349.116.600	1.002 - Equipamento e Reequipamento da Administração Geral	2.500.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	10.629.854	SUBPROGRAMA 025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	14.000.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	158.577.318	1.805 - Construção do Parque de Manutenção	6.000.000
2200.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	144.577.318	1.806 - Construção do Centro Interescolar de Saúde de Brasília	8.000.000
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		SUBPROGRAMA 428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	736.896.096
- Governo do Distrito Federal	14.000.000	1.005 - Construção do Hospital Regional da Ceilândia	1.000.000
SUB-TOTAL	713.496.070	1.006 - Ampliação do Hospital Regional do Gama	87.852.424
		1.007 - Reequipamento da Rede Hospitalar	50.320.460
SUPERAVIT FINANCEIRO	40.900.026	1.008 - Reforma e Melhoramento da Rede Hospitalar	30.592.179
		1.009 - Conclusão da Construção do Posto de Saúde do Guará II	207.954
		1.108 - Combate ao Câncer	430.056
		1.109 - Combate a Tuberculose	228.564
		2.085 - Desenvolvimento do Programa de Saúde Materno Infantil	529.360
		2.807 - Manutenção das Atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal	566.778.099
TOTAL	754.396.096	TOTAL	754.396.096

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 263.744/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Feitor, nível 5, PEDRO DOS SANTOS, matrícula nº 2.884, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 217686/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, LOVINO NICOLAU TORRES, matrícula nº 530, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 217.514/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Operário Rural, nível, 6, SILVINO FERNANDES DE MIRANDA, matrícula nº. 641, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 217.604/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar Rural, nível 3, FÉLIX BARBOSA DE SOUZA, matrícula nº. 184, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 20.751/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Escriturário, nível -10 - B, LINO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº. 13.652, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 19.482/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar de Vendas, nível 5, MARIA DO CARMO SILVA, matrícula nº. 12.615, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 21.021/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Artífice Maquinista, nível 6, MARCIONIL PIRES DA COSTA, matrícula nº. 13.032, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 217.576/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Marceneiro, nível - 8 - A, ORLANDO VIEIRA TORRES, matrícula nº. 3.494, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 237.256/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, HELENO FRANCISCO PIRES, matrícula nº. 2.570, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 19.991/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, nível 5, JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº. 15.648, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 263.714/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Açougueiro, nível - 8 - B, SEVERINO FERREIRA DE ANDRADE, matrícula nº. 12.344, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 108.356/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Eletricista Instalador, nível 9 - B, DJALMA DE SOUZA NERY, matrícula nº. 12.243, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 217.528/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, FRANCISCO AVELINO DOS SANTOS, matrícula nº. 2.514, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 21.006/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Escrevente - Datiló grafo, nível 7, BEATRIZ MARTINS LIMA, matrícula nº. 9.472, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 21.432/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30 de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Inspetor de Vigilância, nível 14, ISMAEL DE OLIVEIRA, matrícula nº. 1105, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 20.956/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar de Artífice de Manutenção, nível 5, SEBASTIAO CARLOS LEITE, matrícula nº. 10.872, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 237.258/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Instrutor de Trabalhos Manuais, nível 8, MARIA DO SOCORRO TORRES DE SOUZA, matrícula nº. 954, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 108.294/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar de Cozinheiro, nível 5, SEBASTIAO ANANIAS BORGES, matrícula nº. 5.544, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 108.319/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇAO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Enfermeiro, nível -20 - A, MARIA ISABEL LOPES CARNEIRO, matrícula nº. 7.494, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

SECRETARIA DE FINANÇAS

DECRETO DE 23 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, VÂNIA DE FÁTIMA SOARES DE ALMEIDA, matrícula nº. 7.614, da Função em Comissão, Símbolo FC - 3, de Assistente de Auditor, do Departamento de Auditoria, da Secretaria de Finanças.

Distrito Federal, 23 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 23 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar CALIXTO MOREIRA DOS SANTOS, Datiloscopista Policial "A", Código PC- 206.1, matrícula nº 33.755, de Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC- 8, de Chefe de Posto de Identificação da Divisão de Identificação do Instituto de Identificação da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 23 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 23 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOSÉ CORREIA DA SILVA, Datiloscopista Policial "A", Código PC- 206.1, matrícula nº 33.910, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC- 7, de Chefe da Seção de Preparação da Divisão de Preparação e Arquivos do Instituto de Identificação da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 01 de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 23 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 23 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS, Datiloscopista Policial "A", Código PC- 206.1, matrícula nº 33.899, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC- 8, de Chefe de Posto de Identificação da Divisão de Identificação do Instituto de Identificação da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por ter sido designado para exercer outra função.

Distrito Federal, 23 de agosto de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 23 DE AGOSTO DE 1977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS, Datiloscopista Policial "A", Código PC - 206.1, matrícula nº. 33.899, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC - 7, de Chefe da Seção de Preparação da Divisão de Preparação e Arquivos do Instituto de Identificação da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 23 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 70/77 23 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Aproveitar a servidora MARIA AUGUSTA A. DE OLIVEIRA, Assistente Administrativo EC- 05, deste Departamento, no Emprego de Advogado, símbolo EP- 25, da Tabela de Empregos Permanentes, a partir desta data.

Brasília, 23 de agosto de 1977

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 71/77 23 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Aproveitar a servidora MIRACI MARIA GURGEL DAL SECCHI, Secretária Datilógrafa -EC- 10, deste Departamento, no Emprego de Auxiliar de Administração I, EP- 08, da Tabela de Empregos Permanentes, a partir desta data.

Brasília, 23 de agosto de 1977

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 84 DE 19 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº. 1748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X, do artigo 2º., do Decreto nº. 1747, da mesma data,

RESOLVE:

Cancelar os efeitos da Ordem de Serviço nº. 50 de 05.04.77, que designou MARIA DE OLIVEIRA COSTA NETA, matrícula nº. 208, Auxiliar de Administração II, símbolo EP-10, para substituir em seus impedimentos eventuais o Chefe da Seção de Pessoal, símbolo EC-06, a partir desta data.

Distrito Federal, 19 de agosto de 1977

ISAURO CARNEIRO FILHO
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 85 DE 23 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuida pelo inciso II, do artigo 2º, do Decreto nº 1747, de 14 de julho de 1971 e inciso I do artigo 18, do Decreto nº 1748 de 14 de julho de 1971, e, tendo em vista o que consta do O.I. nº 270/77- DGP-FEDF,

RESOLVE:

Conceder dispensa de ponto ao servidor JORGE REQUENA LUGONES, matrícula nº 122, Professor de Educação Física, símbolo EP- 22, no período de 23 a 27 de agosto do corrente, a fim de que o mesmo participe do II SEMINÁRIO SOBRE SUPERDOTADOS, a realizar- se na cidade do Rio de Janeiro- RJ, a convite da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 23 de agosto de 1977
ISAURO CARNEIRO FILHO
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 29 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, MIGUEL JOSÉ MARQUES, Carpinteiro, nível 10, matrícula nº 14.636, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Reparos, símbolo FC - 11, da Divisão de Instalação e Reparos, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, no período de 1º a 30 de setembro de 1977, por motivo de férias de seu titular.

Brasília, 29 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARRCS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar nos termos da alínea "a", do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, JOSÉ DA SILVA, Servente, nível 5, matrícula nº 12.216, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Símbolo FC - 06, da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, no período de 01 a 30 de setembro de 1977, por motivo de férias de seu titular.

Brasília, 29 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE AGOSTO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975, ANISIO TORRES, Pedreiro, nível 9, matrícula nº. 16.404, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Encarregado de Portaria, Símbolo FC - 12, da Seção de Vigilância, da Divisão de Vigilância e Limpeza da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, no período de 1º a 30/09/77, em razão de se achar o titular da referida função em gozo de férias regulamentares.
Brasília, 29 de agosto de 1977.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DESPACHOS

1.188ª REUNIÃO

PROCESSO Nº: 506.607/77
INTERESSADO: ALBINO CARDOSO DOS PASSOS
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WESCESLAU AMARAL

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento".

Brasília, 16 de agosto de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice - Presidente
JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro
RAMILTON BERNARDES PEREIRA
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 24 de agosto de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Presidente

Aprovo a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe - se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 24 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 054.492/77
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL/SEA
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS Nº. 27/77, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1976.

Tendo em vista os pronunciamentos do Diretor da Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças e do Departamento de Auditoria da Secretaria de Finanças, conforme Certificado de Auditoria nº. 046/77 - DPA/SEF, e em cumprimento ao que dispõe o artigo 39, inciso III, da Lei nº. 5.538, de 22 de novembro de 1968, CONSIDERO REGULARES as contas, relativas ao exercício de 1976, dos servidores JORGE CAETANO e FRANCISCO DE FREITAS, responsáveis pela Coordenação do Sistema de Material desta Secretaria, ressalvando, no entanto, o que for apurado quando da apreciação pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.
Brasília, 29 de agosto de 1977.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 17.829/77
INTERESSADO: ANTONIO INACIO DOS SANTOS - Mat. 17.063 - SVO
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

Indefero, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 30 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 22.165/77
INTERESSADO: ALICE PAIVA SCARDUA - Matrícula nº. 7.433 - SSS.
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

Concedo, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 30 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 19/agosto/1977

Processo nº:
NOME: CICERO BARBOSA DA SILVA
Matr.: 1.287
Cargo: Motorista Oficial Classe "A"
Nível: Cód. TP - 601.3
Remove da SSP para SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: CLARO LOURENÇO DE SOUZA
Matr.: 817
Cargo: Carpinteiro
Nível: 9 - B
Retorna da FEDF para SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: CLAUDIMIRO PEREIRA DE SOUZA
Matr.: 16.285
Cargo: Ag. de Serviços de Engenharia Classe "C"
Nível: Cód. NM - 808.5
Retorna da Cia. Urb. da N.B. - NOVACAP para SVO, remove da SVO para ASRIA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

Processo nº: 023848/77
NOME: FRANCISCO RODRIGUES GOMES
Matr.: 1.305
Cargo: Motorista Oficial, Classe "A"
Nível: Cód. TP - 601.3
Remove da SSP para o Gabinete do Governador.

ORDEM DE SERVIÇO DE 17/AGOSTO/1977

NOME: FRANCISCO RODRIGUES MATOS
Matr.: 2.540
Cargo: Guarda
Nível: 10 - B
Remove da SEA para PRG.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: LUIZ ANTONIO GOMES DA COSTA
Matr.: 531
Coloca à disposição do Gabinete do Governador do Distrito Federal, p/fins de regularização.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Matr.: 2.582
Cargo: Engenheiro II - C1.18 - Estágio "A" - TEP - CEB
Coloca à disposição da Secretária de Serviços Públicos, sem prejuízo de salário e vantagens na CEB, a partir de 18/08/77.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: CÉLIA MARQUES COSTA
Matr.: 4.759
Cargo: Técnicos em Assuntos Educacionais, C1. "A"
Nível: Cód. NS - 718.4
Retorna da Fun. Educ. do D. Federal para SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/AGOSTO/1977

NOME: IWALDA FERREIRA
Matr.: 5.877
Cargo: Enfermeira
Nível: 21 - B
Retorna da FHDF para SES.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/AGOSTO/1977

Processo nº: 022573/77
NOME: ANTONIO BARBOSA DA FONSECA
Matr.: 10.013
Cargo: Motorista Oficial, Classe "B"
Nível: Cód. TP - 601.5
Remove da SEG, para o Gabinete do Governador.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: POMPILIO DOS SANTOS ROCHA
Matr.: 17.514
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Remove da SVO para a Adm. Reg. de Brazlândia

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: CICERO LISBOA DA SILVA
Matr.: 252
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Remove da SVO para a Adm. Reg. de Brazlândia.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/AGOSTO/1977

NOME: RAIMUNDO ISMAR XIMENES
Matr.: 17.524
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Remove da SVO para a Adm. Reg. de Brazlândia e coloca à disposição.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/AGOSTO/1977

Processo nº: 020469/77
NOME: JURACY ALVES DAS CHAGAS
Matr.: 2155
Cargo: Agente Administrativo, Classe "B"
Nível: Cód. SA - 401.3
Coloca à disposição da SAB.

FERNANDO RATEKE
Seção de Movimentação de Pessoal
DRMP/CSP
Chefe

LUTERO ALVES DOS SANTOS
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP - SEA

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

DIVISÃO DE COMPRAS

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 15.204/77
INTERESSADA: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA DE FORNECEDOR INADIMPLENTE

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista do cancelamento de parte do ítem 14, da Nota de Empenho nº 179/77 - DPC, exarado às fls. 19 pelo Senhor Diretor da Divisão de Programação e Controle, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.978, de 14 de agosto de 1975, combinado com o art. 63, do Decreto 1.703, de 31 de maio de 1971,

RESOLVO:

Aplicar à LIVRARIA E PAPELARIA FISCAL LTDA, a multa de Cr$ 590,00 (quinhentos e noventa cruzeiros), importância correspondente a 20% (vinte por cento), sobre o valor de 250 (duzentos e cinquenta) unidades do ítem 14, canceladas, por ter a adjudicatária infringido os dispositivos legais estabelecidos na licitação originária da Nota de Empenho nº 179/77 - DPC.

Publique - se e Encaminhe - se à Seção de Acompanhamento, e a seguir, ao Departamento da Despesa - SEF.

Em, 08 de agosto de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº.: 21.843/77
INTERESSADA: CASA DOS PARAFUSOS LTDA.
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE MATERIAL

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista da decisão de fls. 17, da Comissão de Licitação - SEA, proferida na 1.663ª Reunião (Ordinária), e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, Inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.978, de 14 de agosto de 1975, combinado com o art. 63, do Decreto 1.703, de 31 de maio de 1971,

RESOLVO:

Indeferir o pedido de prorrogação de prazo para a entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 451/77 - DPC, emitida em nome da firma CASA DOS PARAFUSOS LTDA., uma vez que a requerente não apresentou qualquer comprovação em amparo às alegações.

Publique - se e Encaminhe - se à Seção de Acompanhamento.
Em 09 de agosto de 1977
TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº.: 21.339/77
INTERESSADA: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - DAG - SEC
ASSUNTO: APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM FORNECEDOR INADIMPLENTE

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista do cancelamento da Nota de Empenho nº 478/76 - SEC, exarado às fls. 05 pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, combinado com o art. 59, inciso II e art. 63, do Decreto 1.703, de 31 de maio de 1971,

RESOLVO:

1 - Aplicar à EMBRAMAFE - EMPRESA BRASILIENSE DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. a multa de Cr$ 3.239,72 (três mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros e setenta e dois centavos), importância correspondente a 20% (vinte por cento), sobre o valor do empenho cancelado, por ter a adjudicatária infringido os dispositivos legais estabelecidos na licitação originária da Nota de Empenho nº 478/76 - SEC;

II - Suspender à EMBRAMAFE - EMPRESA BRASILIENSE DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. por 6 (seis) meses do direito de licitar com o Governo do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, a contar da data de publicação deste despacho no Diário Oficial do Distrito Federal, por ter sido responsável pelo cancelamento de duas Notas de Empenho nºs. 441/76 e 478/76 - SEC, emitidas em seu favor, com o vencimento para o exercício de 1977.

Publique - se e Encaminhe - se à Seção de Acompanhamento, Divisão de Administração Geral - SEC, e a seguir, ao Departamento da Despesa - SEF.
Em 10 de agosto de 1977
TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras

SECRETARIA DE SAÚDE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

Mandar os servidores abaixo relacionados do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, terem exercício no Departamento de Fiscalização de Saúde, desta Secretaria:

Nome: Noêmia Gomes da Silva
Mat.: 6947
Função: Atendente
Código: Nível 9

Nome: Maria José Nunes Gomes
Mat.: 5310
Função: Serveente
Código: Nível 5

Nome: José João de Oliveira
Mat.: 5671
Função: Atendente
Código: Nível 9

Nome: Wilson Pereira da Silva
Mat.: 12217
Função: Operário Rural
Código: Nível 6

Nome: Clemência A. Pinheiro
Mat.: 5975
Função: Atendente
Código: Nível 9

Nome: Sebastiana R. Machado
Mat.: 5543
Função: Servente
Código: Nível 5

Nome: Lauriano B. da Silva
Mat.: 8664
Função: Atendente
Código: Nível 9

Distrito Federal, 19 de agosto de 1977

MARIA TEREZA GAMA DE MORAES
Chefe da Seção de Pessoal
DAG - SES

ORDEM DE SERVIÇO

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

Mandar os servidores abaixo relacionados do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, terem exercício no Departamento de Saúde Pública, desta Secretaria:

Nome: Helena Cortopassi Sales
Mat.: 11376
Função, Médico - Classe B
Código: NS 701.6

Nome: Anna Maria S. Marques
Mat.: 6094
Função: Enfermeiro
Código: Nível 21 - B

Nome: Dorlair R. de Boa Ventura
Mat.: 5927
Função: Enfermeiro
Código: Nível 22 - C

Nome: Lélia F. Sevilla
Mat.: 5164
Função: Enfermeiro
Código: Nível 22 - C

Distrito Federal, 19 de agosto de 1977

MARIA TEREZA GAMA DE MORAES
Chefe da Seção de Pessoal
DAG - SES

ORDEM DE SERVIÇO

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

Mandar NEYDE MARIA BARBOSA LINHARES, Auxiliar de Enfermagem, Nível 15 - C, Matrícula nº. 5443, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Núcleo de Controle de Programas de Saúde, desta Secretaria.

Distrito Federal, 22 de agosto de 1977

MARIA TEREZA GAMA DE MORAES
Chefe da Seção de Pessoal
DAG - SES

BOLETIM Nº 19/77 - SP - SES. Em 12.08.77

FALTAS RELEVADAS - Art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Iraídes de Godoy
Matrícula: 5.900
Atestado: 172/77 - HB - DF
Período: 18.07.77 a 20.07.77

Servidor: Mª Madalena T. Santana
Matrícula: 6.913
Atestado: 20/77 - HRT
Período: 27.07.77 a 29.07.77

Servidor: Hilda de Lima Vital
Matrícula: 6.988
Atestado: 182/77 - HB - DF
Período: 27.07.77 a 29.07.77

Servidor: Catarina Luiz Ferreira
Matrícula: 8.316
Atestado: 851/77 - HR - AS
Período: 25.07.77

Servidor: José de Oliveira
Matrícula: 11.992
Atestado: 15/77 - HRT
Período: 14.07.77 a 16.07.77

Servidor: Natércia R. da Silva
Matrícula: 8.653
Atestado: 03/77 - HRT
Período: 22.06.77 a 24.06.77

LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE - Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: João Clímaco A. da Silva
Matrícula: 1.323
Atestado: 2078/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.08.77 a 30.08.77
OBS: os dias 01.02 e 03.08.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Mª do O. F. do Nascimento
Matrícula: 5.351
Atestado: 175/77 - HB - DF
Período: 16.07.77 a 14.08.77
OBS: os dias 16, 17 e 18.07.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Solano Alencar Lucena
Matrícula: 5.566
Atestado: 2120/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 29.06.77 a 31.08.77
OBS: os dias 29, 30.06.77 e 01.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Iraídes de Godoy
Matrícula: 5.900
Atestado: 174/77 - HB - DF
Período: 21.07.77 a 29.07.77
OBS: os dias 21, 22 e 23.07.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Alda Sardinha de M. Paes
Matrícula: 6.139
Atestado: 2054/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.07.77 a 30.07.77
OBS: os dias 01, 02 e 03.07.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Marinete da S. Siqueira
Matrícula: 7.485
Atestado: 178/77 - HB - DF
Período: 14.07.77 a 28.07.77
OBS: os dias 14, 15 e 16.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Neusa Pereira de Oliveira
Matrícula: 8.622
Atestado: 183/77 - HB - DF
Período: 29.07.77 a 02.08.77
OBS: os dias 29, 30 e 31.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Adalgisa da A. dos S. Peres
Matrícula: 12.171
Atestado: 173/77- HB- DF
Período: 18.07.77 a 31.07.77
OBS: os dias 18, 19 e 20.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Elena da Silva Ribeiro
Matrícula: 12.593
Atestado: 2070/77- DSM- CSP- SEA
Período: 22.06.77 a 31.07.77
OBS: os dias 22, 23 e 24.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Joaquim Dias de Oliveira
Matrícula: 0.747
Atestado: 2094/77- DSM- CSP- SEA
Período: 05.08.77 a 19.08.77

Servidor: Mª. das Dores B. Coqueiro
Matrícula: 5.276
Atestado: 177/77- HB- DF
Período: 13.07.77 a 01.08.77

Servidor: Mª. da Glória S. dos Santos
Matrícula: 5.287
Atestado: 179/77- HB- DF
Período: 21.07.77 a 19.08.77

Servidor: Mª. da Natividade F. da Silva
Matrícula: 5.348
Atestado: 171/77- HB- DF
Período: 18.07.77 a 22.07.77

Servidor: Waldelice P. Cortez
Matrícula: 5.601
Atestado: 22/77- HRT
Período: 28.07.77 a 29.07.77

Servidor: Gecy R. dos Santos
Matrícula: 5.780
Atestado: 181/77- HB- DF
Período: 18.07.77 a 16.08.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Elza C. Alvarenga
Matrícula: 5.839
Atestado: 21/77- HRT
Período: 04.07.77 a 13.07.77

Servidor: Violanda M. Barbosa
Matrícula: 6.233
Atestado: 176/77- HB- DF
Período: 21.07.77 a 14.08.77

Servidor: Helena G. Guimarães
Matrícula: 8.214
Atestado: 180/77- HB- DF
Período: 26.07.77 a 27.07.77

Servidor: Izabina Atanásio de Souza
Matrícula: 12.636
Atestado: 2097/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 04.08.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Luiz Dias Ramalho
Matrícula: 2.789
Laudo: 1878/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 30.09.77

Servidor: Manoel Saraiva Salles
Matrícula: 2.823
Laudo: 1911/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 31.08.77

Servidor: Lucídia L. de Arruda
Matrícula: 5.179
Laudo: 1988/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 30.08.77

Servidor: Marcelina Mª. da Conceição
Matrícula: 5.223
Laudo: 1976/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 30.08.77

Servidor: Mª. Lúcia B. de Carvalho
Matrícula: 5.330
Laudo: 1879/77- DSM- CSP- SEA
Período: 02.07.77 a 11.10.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE - Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Jovenilha Terêncio de Souza
Matrícula: 5.642
Laudo: 1898/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 15.10.77

Servidor: João Rafael
Matrícula: 5.709
Laudo: 1912/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.08.77

Servidor: Francisco Assis Alves
Matrícula: 5.791
Laudo: 1900/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 31.08.77

Servidor: Evaristo Furtado da S. Neto
Matrícula: 5.809
Laudo: 1931/77- DSM- CSP- SEA
Período: 29.06.77 a 27.08.77

Servidor: Degeni Neres da Penha
Matrícula: 5.954
Laudo: 1934/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 31.10.77

Servidor: Arminda Oliveira e S. Martins
Matrícula: 6.047
Laudo: 1904/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 15.10.77

Servidor: Arlindo Muniz Cavalcante
Matrícula: 6.053
Laudo: 1884/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 13.09.77

Servidor: Anaídes Arruda Freire
Matrícula: 6.107
Laudo: 1913/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 31.10.77

Servidor: Amélia Rodrigues da Silva
Matrícula: 6.116
Laudo: 1905/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 15.10.77

Servidor: Ezetilde M. de Andrade
Matrícula: 6.625
Laudo: 1928/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 31.08.77

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Edith Rodrigues de S. Cavalcante
Matrícula: 6.926
Laudo: 1959/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 31.08.77

Servidor: Geny Ferreira de Souza
Matrícula: 7.052
Laudo: 1880/77- DSM- CSP- SEA
Período: 18.06.77 a 31.07.77

Servidor: Durval Pereira dos Santos
Matrícula: 11.787
Laudo: 1932/77- DSM- CSP- SEA
Período: 28.05 a 25.08.77

Servidor: Mª. Lenira Machado Pinto
Matrícula: 12.080
Laudo: 1941/77- DSM- CSP - SEA
Período: 01.08.77 a 15.10.77

Servidor: José Rodrigues de Freitas
Matrícula: 12.487
Laudo: 1910/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.08.77 a 12.09.77

LICENÇA MOTIVO DOENÇA PESSOA DA FAMÍLIA - Art. 106 da Lei 1711/52

Servidor: Izabel C. Ferreira
Matrícula: 5.876
Atestado: 184/77- HB- DF.
Período: 03.08.77 a 10.08.77

Servidor: Ana Machado Costa
Matrícula: 6.109
Laudo: 1974/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.05.77 a 15.08.77

Servidor: Nair Batista de O. Lino
Matrícula: 7.525
Atestado: 23/77- HRT
Período: 04.07.77 a 12.07.77

LICENÇA A GESTANTE - Art. 107 da Lei 1711/52

Servidor: Cordelia Valadares
Matrícula: 2.004
Atestado: 2126/77- DSM- CSP- SEA
Período: 08.08.77 a 07.12.77

SALÁRIO FAMÍLIA CONCEDIDO

Servidor: Benedito Wilson Silveira
Matrícula: 6026
Despacho: CONCEDO, salário família pelo dependente SANDRA REGINA MARTINS SILVEIRA, filha, nascida em 05.07.77. A partir de JULHO/77.

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIA TEREZA GAMA DE MORAES
Chefe da Seção de Pessoal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

CONSELHO DELIBERATIVO

DECISAO Nº. 55/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 169ª. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que confere a alínea "r" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

Autorizar o Diretor - Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a doar o material relacionado às fls. 5 e 6 do Processo nº. 467.966/77 - FHDF, no valor de Cr$ 3.142,51 (três mil, cento e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e um centavos,), condicionada à regularização dos procedimentos administrativos na forma apontada no Parecer do Relator.

Brasília, 11 de agosto de 1977.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS

PEDRO CARAM ZUQUIM

VICENTE DE PAULA ARAÚJO

JOSÉ LEITE SARAIVA

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECISÃO Nº 56/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 509ª. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

1) - não autorizar a renovação e/ou a doação dos equipamentos constantes dos têrmos de responsabilidade de fls. 2 e 3 do Processo nº 468.515/77- FHDF;

2) - recomendar ao Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal que determine ao setor competente, providenciar o recolhimento dos referidos bens patrimoniais, cedidos por empréstimos ao Instituto Pasteur.

Brasília, 16 de agosto de 1977
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
JOSÉ LEITE SARAIVA
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
PEDRO CARAM ZUQUIM
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

DECISÃO Nº 57/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 509ª. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "p" do artigo 25 do Estatuto da Entidade, tendo em vista o que consta do Processo nº 021.304/77- GDF,

DECIDE:

1) - encaminhar o processo epigrafado ao Senhor Governador do Distrito Federal, sugerindo seja ouvida a Secretaria de Administração e a douta Procuradoria Geral do Distrito Federal;

2) - recomendar à Administração sejam os autos instruidos com os dados necessários ao melhor exame do assunto, na forma apontada no Parecer do Relator.

Brasília, 16 de agosto de 1977
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
PEDRO CARAM ZUQUIM
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
JOSÉ LEITE SARAIVA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

ATA DA 168ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu-se em Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor - Presidente da FHDF, Pedro Caram Zuquim, Vicente de Paula Araujo, José Leite Saraiva, José Affonso Monteiro de Barros Menusier e Olympio Bandeira da Silva Cascaes, Suplente. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (507ª. Sessão Ordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente à apreciação dos trabalhos inscritos na pauta, como segue: Item 1) - Processo nº. 469.022/77 - FHDF - Balancete Geral do mês de maio de 1977 - Relator, Conselheiro Pedro Caram Zuquim. Cedida ao mesmo a palavra procede este a leitura de seu Relatório, uma súmula do processado, passando em seguida a de seu Parecer no qual esclarece ter sido o Balancete em apreciação, técnicamente examinado e analisado pelo órgão fiscalizador competente que, em seu Parecer, às folhas 13, recomenda a aprovação do mesmo por este Conselho. Isto posto, e tendo em vista o que consta dos autos, é pela aprovação das referidas peças contábeis. Põe o Sr. Presidente em discussão a matéria e em seguida em votação. Aprovada, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, constante de fls. 13 do Processo nº. 469.022/77 - FHDF, aprovar os Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, referentes ao mês de maio de 1977". Ato contínuo passa o Sr. Presidente à distribuição dos processos inscritos na Ordem do Dia, designando Relator do de nº. 006.906/76 (007.999/74 - FHDF - Concorrência 01/77 - Aquisição de máquinas - o Conselheiro José Affonso Monteiro de Barros Menusier; do de nº. 468.515/77 - FHDF - Renovação de convênio com o Instituto Pasteur - O Conselheiro José Leite Saraiva - e - do de nº. 021.304/77 - GDF - Pagamento de "pro-labore" ao pessoal médico - o Conselheiro Pedro Caram Zuquim. Esgotada a pauta, pede a palavra o Conselheiro Pedro Caram Zuquim para devolver o processo nº. 469.045/77 - FHDF do qual havia pedido vista na sessão passada, referente ao ofício nº. 05/77 - DPA/SEF, de 27 de julho último, do Diretor do Departamento de Auditoria da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Filho, encaminhados à Presidência do Conselho Fiscal da FHDF o Parecer e respectivos quadros, relativos ao exame feito aos documentos contábeis, financeiros e patrimoniais da Fundação, atinentes ao exercício de 1976. Esclarecendo diz que, por determinação do Departamento de Auditoria haviam sido designados dois Auditores para o exame dos referidos documentos contábeis, Srs. Plácido Martins e João Batista Mendes. Não querendo entrar no mérito do relatório de prestação de contas, por ser bastante longo e minucioso não poderia, entretanto, deixar de salientar, por ser importante e também do interesse deste Conselho, saber que, ao final do Parecer, fora emitido e entregue à Presidência da Fundação Hospitalar, o chamado Certificado Pleno de Auditoria, dando como boas as contas apreciadas e solicitando o encaminhamento ao Secretário de Saúde para do mesmo receber o pronunciamento deque trata o item III do artigo 39 da Lei nº 5.538/68, após o que estará em condições de ser enviado ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal. Lê em seguida o texto do Artigo apontado, explicitando-o. Assim, para efeito da Auditoria, está atendida a prestação de contas do exercício passado, com a emissão do Certificado Pleno de Auditoria. Concluindo diz que, este Conselho se reúbila com a Fundação Hospitalar por verificar que os documentos em questão foram reconhecidos pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal. As 15 horas dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta Ata que será lida na próxima 3ª. feira, dia 09, às 17 horas, por ocasião da 508ª. Sessão Ordinária e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 04 de agosto de 1977. (as) NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; PEDRO CARAM ZUQUIM; VICENTE DE PAULA ARAUJO; JOSÉ LEITE SARIAVA; JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; GIOCONDA REAL.

ATA DA 169ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu-se em Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da FHDF, Pedro Caram Zuquim, Vicente de Paula Araujo, José Leite Saraiva, José Affonso Monteiro de Barros Menusier e Olympio Bandeira da Silva Cascaes, Suplente. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (508ª. Sessão Ordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente à apreciação dos trabalhos inscritos na pauta, como segue: Item 1) - Processo nº. 469.152/77 - FHDF - Balancete de junho de 1977 - Relator, Conselheiro Pedro Caram Zuquim. Cedida ao mesmo a palavra procede este a leitura de seu Relatório, uma síntese do processado, passando em seguida a de seu Parecer no qual esclarece ter sido o Balancete em apreciação técnicamente examinado e analisado pelo órgão fiscalizador competente que, em seu Parecer, às folhas 12, recomenda a aprovação do mesmo por este Conselho. Isto posto, e tendo em vista o que consta dos autos, é pela aprovação das referidas peças contáveis. Põe o Sr. Presidente em discussão a matéria e em seguida em votação. Aprovada o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, constante de fls. 12 do Processo nº. 469.152/77 - FHDF, aprovar os Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, referentes ao mês de junho de 1977". Item 2) - Processo nº. 467.966/77 - FHDF - Doação de material à Polícia Militar do Distrito Federal - Relator, Conselheiro Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Com a palavra faz este a leitura de seu Relatório e em seguida de seu bem fundamentado Parecer, no qual aponta as cautelas a serem tomadas por parte da Administração, a fim de não comprometer a validade da doação. Finalmente, tendo em vista o disposto na alínea "r" do Artigo 14 do Estatuto, e no inciso IX do Artigo 79 do Regimento da Entidade, opina por que seja concedida a autorização para a doação solicitada. Posta em discussão a matéria, e em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: autorizar o Diretor - Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a doar o material relacionado às fls. 5 e 6 do Processo nº. 467.966/77 - FHDF, no valor de Cr$ 3.142,51 (três mil, cento e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e um centavos), condicionada à regularização dos procedimentos administrativos na forma apontada no Parecer do Relator"; As 18h 15 dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida na próxima reunião ordinária a se realizar dia 16, às 17 horas e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 11 de agosto de 1977. (as) NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO: PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; PEDRO CARAM ZUQUIM; VICENTE DE PAULA ARAUJO; JOSÉ LEITE SARAIVA; JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; GIOCONDA REAL.

ATA DA 508ª. SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu-se em Sessão Ordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da FHDF, Pedro Caram Zuquim, Vicente de Paula Araujo, José Leite Saraiva, José Affonso Monteiro de Barros Menusier e Olympio Bandeira da Silva Cascaes, Suplente, Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (168ª. Sessão Extraordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, cede o Sr. Presidente a palavra ao Conselheiro Pedro Caram Zuquim, Relator do Processo nº. 021.304/77 - GDF. Pede vênia o Conselheiro Relator para tecer considerações quanto ao conteúdo dos autos, comentando a situação no que diz respeito à Fundação Hospitalar. Antes de qualquer manifestação a respeito, sugere o Conselheiro Relator seja suspenso o exame do processado até maiores esclarecimento. Concordes todos, passa o Sr. Presidente à distribuição dos processos inscritos na pauta, como segue: Processo nº. 469.152/77 - FHDF - Balancete Geral de junho de 1977 - designado Relator o Conselheiro Pedro Caram Zuquim; Processo nº. 467.966/77 - FHDF - Doação de material à Polícia Militar do Distrito Federal - designado Relator o Conselheiro Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Antes de encerrar a sessão consulta o Sr. Presidente seus pares sobre a possibilidade de nova reunião amanhã, dia 11, às 17 horas, a fim de apreciar a matéria hoje distribuída. Acorde os Senhores Conselheiros, ficam estes, desde logo, convocados para o dia e hora aprazados. Em seguida dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos, dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida amanhã, por ocasião da 169ª. Sessão Extraordinária e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 10 de agosto de 1977. (as. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; PEDRO CARAM ZUQUIM; VICENTE DE PAULA ARAUJO; JOSÉ LEITE SARAIVA; JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; GIOCONDA REAL.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA - SVO, de 25 de agosto de 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 61, do Regulamento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao disposto no Decreto nº 2951 de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor NELSON MAMEDE DOS SANTOS, matrícula nº 9861, Agente Administrativo, Classe "B" Código SA - 401.3, para substituir o Chefe da Seção de Material e Patrimônio, Símbolo FC - 06, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras, a partir de 18.08.77 e enquanto perdurar o afastamento do titular, para tratamento de saúde.

Distrito Federal, em 25 de agosto de 1977

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

COMPANHIA URBANIZADORA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO DE 27 DE JULHO DE 1977
1977

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

I - Designar os servidores ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 24.504, Assistente Jurídico, da Consultoria Jurídica, da Superintendência, LINCON DE ALMEIDA CAMPOS, matrícula nº 51.636, Advogado NS-401. E Ref. 54, JOSÉ ADAMI DE ARAUJO, matrícula nº 19.893, Engenheiro NS-408.E Ref. 53 e LUZARDO JACÓ DE CASTRO E SILVA, matrícula nº 00.756, Chefe da Seção de Material Permanente, da Divisão do Patrimônio, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, para sob a presidência do primeiro, comporem uma Comissão encarregada de proceder ao levantamento e regularização de todos os imóveis de propriedade da NOVACAP, com a respectiva documentação pormenorizada, atinente a cada imóvel.

II - A referida Comissão, terá um prazo de 90 (noventa) dias para apresentação dos trabalhos, a partir desta data.

Brasília, 27 de julho de 1977

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 27 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 648.039/77,

RESOLVE:

Designar o servidor JOÃO EPHIGENIO FERREIRA, matrícula nº 07.323, Agente Administrativo SA 501.2, Ref. 27, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-01, de Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Materiais, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares no período de 15/08/ a 13/09/77.

Brasília, 27 de julho de 1977

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

DIRETORIA

Sessão nº.: 291
Decisão nº.: 2.582
Processo nº.: 686.146/77
Referência: JOÃO DE FREITAS OLIVEIRA

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, propondo: a) seja excepcionada a venda do lote nº. 30, da Quadra 25, do Setor Oeste Residencial da CS/GAMA, à JOÃO

DE FREITAS OLIVEIRA, de conformidade com o disposto no art. 1°. da Resolução n°. 06/73 -CA, ratificada pela Resolução n°. 22/75 - CA; b) fixar, consoante o artigo 6°., da Resolução n°. 06/73 - CA, em Cr$ 18.756,95 (dezoito mil setecentos e cinquenta e seis cruzeiros e noventa e cinco centavos) o valor para o imóvel acima caracterizado, em consonância com o Laudo de Avaliação às fls. 23 v°., e c) retornar o processo à DIRETORIA COLEGIADA para cumprimento dos demais itens do relatório de fls. 31/32, do Senhor Diretor Comercial.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2583
Processo n°.: 687.841/77
Referência: JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 13 -Conjunto "A" -Quadra 20 -CS/TAGUATINGA a JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA, observados o preço a ser fixado pelo CA/TERRACAP e as condições estabelecidas na Decisão n°. 2.365 da Diretoria Colegiada, exarada aos 24.05.77 e complementada pela Decisão n°. 2.024 do egrégio Conselho de Administração exarada aos 30.05.77; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação, respeitado o prazo de validade do preço a ser fixado pelo CA/TERRACAP, para se formalizar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) encaminhar os autos à apreciação do egrégio Conselho de Administração, para fixar em Cr$ 13.838,90 (treze mil oitocentos e trinta e oito cruzeiros e noventa centavos) o preço para o imóvel acima caracterizado, de conformidade com o Laudo de Avaliação às fls. 09 v°.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2.584
Processo n°.: 687.774/77
Referênia: ANTONIO BERNARDO DE OLIVEIRA

DEICSÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do Lote n°. 30 - Quadra 23 -Conjunto "E" -Setor "M" Norte da CS/TAGUATINGA a ANTONIO BERNARDO DE OLIVEIRA, observados o preço a ser fixado pelo CA/TERRACAP e as condições estabelecidas na Decisão n°. 2.365 da Diretoria Colegiada exarada aos 24.05.77 e complementada pela Decisão n°. 2.024 do egrégio Conselho de Administração exarada aos 30.05.77; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o prazo de validade do preço a ser fixado pelo CA/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) encaminhar o assunto ao egrégio Conselho de Administração para fixar em Cr$ 11.580,40 (onze mil quinhentos e oitenta cruzeiros e quarenta centavos), o preço do imóvel em questão, em consonância com o Laudo de Avaliação às fls. 09 verso.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2.585
Processo n°.: 15.240/74
Referência: JOSÉ LEITE DA SILVA - inicialmente CAIXA ECONOMICA FEDERAL -atualmente

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda direta à CAIXA ECONOMICA FEDERAL, filial de Brasília, do acréscimo de 120,00m2, na projeção n°. 18, da SQDS 407/408; b) transferir ao GDF/SVO, a importância de Cr$ 1.620,00 (hum mil, seiscentos e vinte cruzeiros), correspondente às despesas realizadas por aquela Pasta, conforme documento de fls. 135.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2586
Processo n°.: 08.517/76
Referência: DISTRITO FEDERAL (DLFO-SVO)

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, opinando pela aprovação, nos termos do art. 6°., da Resolução n°. 06/73- CA, o preço mínimo de Cr$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) para o acréscimo verificado nos lotes 21 e 22, da Quadra 12, do Setor Comercial Sul, Plano Piloto, conforme Laudo de Avaliação n°. 307/77, às fls. 14/15.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2.587
Processo n°.: 692.145/77
Referência: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA -TERRACAP

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, a fim de aprovar, nos termos do art. 6°. da Resolução n°. 06/73 -CA, os Laudos de Avaliação elaborados pela DPA, fixando o preço mínimo unitário para os lotes que serão arrolados em futuras Licitações Públicas, de acordo com discriminação abaixo.

CS/BRAZLANDIA

L. A. N°.: 1.295/77
IMÓVEL: Lote 07 -Q. 03 -Set. Tradicional
Cr$ 19.600,00

L. A. N°.: 1.296/77
IMÓVEL: Lote 26 -Q. 16 -Set. Tradicional
Cr$ 15.700,00

L. A. N°.: 1.297/77
IMÓVEL: Lote 27 -Q. 16 -Set. Tradicional
Cr$ 18.400,00

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°: 291
Decisão n°: 2.610
Processo n°: 10.184/75
Referência: CIPO - COMÉRCIO E INDÚSTRIA PEDRO SALOMÃO LTDA. Acréscimo de área.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo. RESOLVE: a) autorizar a venda do acréscimo de 5.997,814m2, verificado na Projeção n° 03, Trecho 01 -SHI/SUL, Estrada Parque D.Bosco à CIPO - COMÉRCIO E INDÚSTRIA PEDRO SALOMÃO LTDA., observado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP, acrescido da importância de Cr$ 1.274,00 (hum mil, duzentos e setenta e quatro cruzeiros), correspondente às despesas verificadas com a alteração da Planta e as condições da Resolução n° 06/73-CA, e suas alterações; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para se efetivar a transação sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) enviar a matéria ao egrégio CA/TERRACAP, a fim de ser fixado o preço de Cr$ 114.500,00 (cento e quatorze mil e quinhentos cruzeiros), constante do Laudo de Avaliação n° 1090/77 elaborado pela DPA, para o acréscimo em pauta.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR
ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUDTRA D'AMORIM

Sessão n°: 291
Decisão n°: 2.611
Processo n°: 10.693/76
Referência: JAFETE FRANCISCO DE LIMA

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) encaminhar o assunto a apreciação do egrégio Conselho de Administração para : a.1- re- ratificar a decisão n° 266 daquele Conselho, exarada aos 02.06.77 (fls. 33), quando deverá ser incluida a excepcionalidade de venda do lote n° 03- Bloco A -EQ. 19/21 - Setor QNN da CS/TAGUATINGA-Ceilândia de conformidade com o art.1° da Resolução 06/73- CA, ratificada pela Resolução 22/75- CA; a. 2 - fixar em Cr$ 19.505,88 (dezenove mil quinhentos e cinco cruzeiros e oitenta e oito centavos) o preço para o imóvel acima caracterizado, em consonância com o Laudo de Avaliação de fls. 39 v°., b) retornar o presente processo à Diretoria Colegiada para cumprimento do item B constante de relatório de fls 48/49.
Relator: Diretor: JOÃO ALCIDES HOMAR
ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°: 291
Decisão n°: 2.612
Processo n°: 15.813/74
Referência: RAFFIC GEBRIM

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) ratificar a autorização de venda do lote 10 -Quadra 08 -Comércio Local da CS/SOBRADINHO -concedida pela Diretoria da NOVACAP, em sua 831ª. sessão, realizada aos 08.08.72 (fls. 51), à RAFFIC GEBRIM, observado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP e as condições da Resolução n° 06/73-CA e suas alterações; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) enviar a matéria ao egrégio Conselho de Administração a fim de ser fixado o preço de Cr$ 151.240,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos e quarenta cruzeiros), constante do Laudo de Avaliação n° 1190/77 elaborado pela DPA, para o lote em apreço.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR
ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2.616
Processo n°.: 04.398/73
Referência: VALDIZA BATISTA DE CARVALHO - Inicialmente - DOMINGOS ALVES DE FREITAS (FIRMA INDIVIDUAL) -Atualmente

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 06, Quadra 38 -Setor Leste Comercial da CS/GAMA, à firma individual DOMINGOS ALVES DE FREITAS, com base na Resolução n°. 13/74- CA e 06/73 - CA, esta com alterações, respeitado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP; b) fixar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação pelo requerente, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar os presentes autos ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 57.078,40 (cinquenta e sete mil setenta e oito cruzeiros e quarenta centavos) para venda do lote mencionado, com base no Laudo de Avaliação de fls. 24 a 26, face ao que preceitua o art. 6°. da Resolução n°. 06/73-CA.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR
ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2.617
Processo n°.: 175.514/77-GDF
Referência: SARKIS - WAGNER, REFRIGERAÇÃO E IMÓVEIS LTDA - Aquisição de terrenos.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda dos lotes n°s. 1.540, 1.560 e 1.580, Quadra 03, Setor Leste Industrial, CS/GAMA, a SARKIS WAGNER REFRIGERAÇÃO E IMÓVEIS LTDA., com base na Resolução n°. 20/75-CA, respeitado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação pelo requerente, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) enviar o processo ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 813.000,00 (oitocentos e treze mil cruzeiros) para venda dos três lotes referenciados, à vista da avaliação procedida às fls. 96 a 98 (art. 3°., da Resolução n°. 20/75-CA).
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR
ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM.

Sessão n°.: 291
Decisão n°.: 2.618
Processo n°.: 07.731/74
Referência: JOAQUIM NETO DAS CHAGAS

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote residencial n°. 20 -Quadra 11 -Setor Tradicional da CS/BRAZLANDIA, ao Sr. JOAQUIM NETO DAS CHAGAS, com base na Resolução n°. 13/74-CA, observados os termos da Decisão n°. 2.365/77 da Diretoria Colegiada, e da Decisão n°. 2.024/77 do Conselho de Administração, e respeitado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP; b) fixar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação pelo requerente, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar os presentes autos ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 9.753,62 (nove mil, setecentos e cinquenta e três cruzeiros e sessenta e dois centavos), para venda do lote mencionado, com base no Laudo de Avaliação de fls. 19 a 22, face ao que preceitua o artigo 6°. da Resolução n°. 06/73 -CA.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°: 291
Decisão n°: 2.622
Processo n°: 16.617/74
Referência: ADERBAL BATISTA MEIRA -Firma -Regularização de lote comercial.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a alienação do lote 13, Quadra 38, Setor Leste Comercial da CS/GAMA à firma individual ADERBAL BATISTA MEIRA, observado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP e as condições estabelecidas na Resolução n° 13/74 -CA e demais encargos da Resolução n° 06/73 - CA e suas alterações; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) enviar a matéria ao egrégio Conselho de Administração da TERRACAP, a fim de ser fixado o preço de Cr$ 48.067,20 (quarenta e oito mil, sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos), constante do Laudo de Avaliação n° 1116/77 elaborado pela DPA, para o terreno em apreço.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão n°: 291
Decisão n°: 2.623
Processo n°: 687.926/77
Referência: JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ -Regularização de lote residencial.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a alienação do lote 113, Quadra 13, Setor "F" Sul da CS/TAGUATINGA a JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ, observado o preço mínimo a ser fixado pelo CA/TERRACAP e as condições estabelecidas na Decisão n° 2365 da Diretoria Colegiada de 24.05.77, complementada pela Decisão n° 2024, de 30.05.77, do Conselho de Administração; b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido pelo CA/TERRACAP, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) enviar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, a fim de ser fixado o preço de Cr$ 12.537,76 (doze mil, quinhentos e trinta e sete cruzeiros e setenta e seis centavos), constante do Laudo de Avaliação n° 1070/77 elaborado pela DPA, para o terreno em apreço.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D' AMORIM

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

Nº: 18.19/77 - SP
Brasília, 19 de agosto de 1977

Atestado: 2007/77 - SM
Servidor: Ivone Jorge Dino
Matrícula: 1000
Período: 21.06.77 a 19.08.77

Laudo: 2003/77 - SM
Servidor: Estefânia Marques Freire Queiroz
Matrícula: 01.016
Período: 01.08.77 à 31.08.77

Laudo: 1839/77 - SM
Servidor: José Maria de Carvalho
Matrícula: 1330
Período: 19.07.77 à 31.07.77

Laudo: 1883/77 - SM
Servidor: José Severino da Silva
Matrícula: 02.752
Período: 01.08.77 à 31.08.77

Atestado: 2086/77 - SM
Servidor: Arcênia Abdala Peixoto
Matrícula: 08.815
Período: 27.07.77 a 10.08.77.

Atestado: 1992/77 - SM
Servidor: Laura Alves Ribeiro
Matrícula: 00.974
Período: 02.08.77 à 31.10.77

EDINITE ISMAEL DOS SANTOS CIRINO
Chefe da Seção de Pessoal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Serviços Sociais

Divisão de Administração Geral

ANTONIO MARQUES RODRIGUES
Diretor

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO Nº. 006/77

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Empresa,

Considerando a necessidade de se determinar o fluxo corrente para a elaboração e execução de Projetos com Recursos do Banco Nacional da Habitação,

RESOLVE:

1. - Determinar a utilização do Fluxograma de Elaboração e Execução de Projeto Habitacional com Recursos do BNH.

2.- Determinar que cada Setor envolvido determine, em duas úteis, o tempo necessário a execução de suas atribuições.

3 - Esta Instrução entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1977

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

DIRETORIA

Nº. 154/77
Sessão: 851ª.
Realizada em: 05.08.77

Processo nº.: 091033/77

ASSUNTO: Relatório nº. 052/77- DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "E" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma IRFASA S/A - Construções, Indústria e Comércio.

DECISÃO: A Diretoria, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais,

RESOLVE:

Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 985,846,59 (novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis cruzeiros e cinquenta e nove centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do contrato de execução nº. 005/77, firmado com a sobredita firma".

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº. 155/77
Sessão: 851ª.
Realizada em: 05.08.77

PROCESSO Nº.: 43.806/76
ASSUNTO: Homologação de Laudo de Avaliação e pedido de autorização de licitação pública.

DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº. 027/77 - DI, RESOLVE: homologar o Laudo de Avaliação constante do processo e autorizar a licitação pública dos imóveis avaliados, na forma prevista pelo citado relatório.

RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº.: 156/77
Sessão: 852ª.
Realizada em:: 09.08.77
Processo nº.: 073427/76

ASSUNTO: Trata do recebimento da obra de construção de 78 (setenta e oito) lojas na Passagem Subterranea entre os Setores Comercial e Bancário Sul, a cargo da firma ECOCIL - Empresa de Construções Civis Ltda.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o disposto no Relatório nº. 059/77- DT.,

RESOLVE:

Homologar o recebimento das lojas em referência; bem como considerá- las concluidas e entregues dentro do prazo contratual.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº.: 157/77
Sessão: 853ª.
Realizada em: 10.08.77
Processo nº.: 088677/77

ASSUNTO: Trata do resultado da concorrência nº. EC- 09/77, com vistas à construção de 04 (quatro) Escolas Moduladas no Setor "M" Norte de Taguatinga.

DECISÃO: A Diretoria, tendo em vista o que consta no parecer do Relator,

RESOLVE:

1. Homologar, "ad-referendum" do BNH, o julgamento resultante da concorrência nº. EC - 09/77, que indicou como vencedora a firma BARSIL - Construções e Comércio Ltda., com a proposta no valor global de Cr$ 24.242.976,28 (vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e vinte e oito centavos), e como segunda colocada, a firma MASTER INCOSA ENGENHARIA S/A., com a proposta no valor de Cr$ 24.235.052,36 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos).

2. Encaminhar o processo ao Serviço Jurídico para preparar o contrato de execução a ser assinado com a vencedora e, em seguida, ao Egrégio Conselho de Administração da SHIS para os fins previstos na cláusula Vigésima Segunda - Item VII do Contrato Social da Empresa.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº. 159/77 Sessão: 854ª. Realizada em: 11.08.77
PROCESSO Nº.: 076578/76
ASSUNTO: Reestruturação da Diretoria Administrativa e Diretoria Financeira.
DECISÃO: A Diretoria considerando o que consta na E.M. SHIS. DA. Nº. 015/77 do Senhor Diretor Administrativo, RESOLVE: 1) - Aprovar a proposta de reestruturação da Diretoria Administrativa e Diretoria Financeira, alterando- se o Quadro de Pessoal da Empresa na forma mencionada na Exposição do Relator: 2) - Submeter a matéria à superior aprovação do Egrégio Conselho de Administração.

RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº. 160/77 Sessão: 855ª. Realizada em: 16.08.77

Processo nº.: 088678/77
ASSUNTO: Trata do resultado da concorrência nº. EC- 10/77, com vistas à construção de 04 (quatro) Escolas Moduladas no Setor "O" Norte de Taguatinga, Entrequadras 3/5, 4/6, 5/7 e 13/15.
DECISÃO: A Diretoria, tendo em vista o que consta no parecer do Relator,

RESOLVE:

1. Homologar, "ad- referendum" do BNH, o julgamento resultante da concorrência nº. EC- 10/77, que indicou como vencedora a firma TETO- Incorporações e Construções Ltda., com a proposta no valor global de Cr$ 24.516.709,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e nove cruzeiros), e como segunda colocada, a firma Construtora Eldorado Ltda., com a proposta no valor de Cr$ 24.536.581,64 (vinte e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e um cruzeiros e sessenta e quatro centavos.

2. Encaminhar o processo ao S. J. para preparar o contrato de execução a ser assinado com a vencedora. Em seguida, ao Egrégio Conselho de Administração da SHIS, para os fins previstos na Cláusula Vigésima Segunda - Item VII do Contrato Social da Empresa.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

ATA DA 851ª. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1977.

As 17:00 (dezessete) horas do dia 05 (cinco) de agosto de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º. andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou- se sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 851º. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame dos processos em pauta.

1º.) Processo nº. 83058/77. ASSUNTO: Homologação da licitação ELA 07/77. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº. 28/77 - DI., RESOLVE: Homologar a licitação ELA 07/77, bem como autorizar novo procedimento alienatório para as 15 (quinze) lojas e 54 (cinquenta e quatro) salas, ainda em disponibilidade. RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON.

2º.) Processo nº. 091326/77. ASSUNTO: Relatório nº. 056/77- DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "D" - Guariroba- Ceilândia, a cargo da firma MASTER INCOSA ENGENHARIA S/A. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 998.863,01 (novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e três cruzeiros e um centavo), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando-se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do Contrato de execução nº. 004/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

3º.) Processo nº. 091265/77. ASSUNTO: Relatório nº. 053/77- DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "L"- Guariroba- Ceilândia, a cargo da firma ARCOS - Arquitetura, Construção, Saneamento Ltda. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 870.245,65 (oitocentos e setenta mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros e sessenta e cinco centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda Parágrafo Único do Contrato de execução nº. 011/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

4º.) Processo nº. 090794/77. ASSUNTO: Relatório nº. 049/77- DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "F" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma SANTA BÁRBARA ENGENHARIA S/A. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 857.517,22 (oitocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e dezessete cruzeiros e vinte e dois centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do Contrato de execução nº. 006/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

5º.) Processo nº. 091678/77. ASSUNTO: Dispõe sobre a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção do Material e Patrimônio/ - DAG/DA, para fazer face às despesas de emergência e pronto pagamento. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: a) autorizar a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção do Material e Patrimônio, para fazer face às despesas com aquisição de materiais de consumo e para serviços de terceiros; b) Determinar ao Chefe da Seção do Material e Patrimônio fiel cumprimento às disposições contidas na Instrução nº. 017/75, de 26.12.75, da Diretoria da Superintendência desta Empresa. RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE.

6°.) Processo nº. 090792/77. ASSUNTO: Relatório nº. 057/77 - DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "H" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma ECOCIL - Empresa de Construções Civis Ltda. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 923.642,30 (novecentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e dois cruzeiros e trinta centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do Contrato de execução nº. 008/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

7°.) Processo nº. 090791/77. ASSUNTO: Relatório nº. 058/77 - DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais, em construção no Setor "I" Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma ECOCIL - Empresa de Construções Civis Ltda. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais,RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 1.054.346,71 (um milhão, cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros e setenta e um centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do contrato de execução nº. 009/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

8°.) Processo nº. 090796/77. ASSUNTO: Relatório nº. 054/77- DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "G" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma DAMPE- Engenharia, Representações, Comércio e Indústria Ltda. DECISÃO: A DIRETORIA,acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 1.008.091,99 (um milhão, oito mil, noventa e um cruzeiros e noventa e nove centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do Contrato de execução nº. 007/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

9°.) Processo nº. 091327/77. ASSUNTO: Relatório nº. 055/77 - DT, relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "J" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma MASTER INCOSA ENGENHARIA S/A. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 1.011.319,58 (um milhão, onze mil, trezentos e dezenove cruzeiros e cinquenta e oito centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do contrato de execução nº. 010/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

10°.) Processo nº. 090793/77. ASSUNTO: Relatório nº. 050/77 - DT., relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "C" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma SANTA BÁRBARA ENGENHARIA S/A. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratural, da importância de Cr$ 809.124,18 (oitocentos e nove mil, cento e vinte e quatro cruzeiros e dezoito centavos),para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do contrato de execução nº. 003/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

11°.) Processo nº. 090795/77. ASSUNTO: Relatório nº. 048/77 - DT., relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "B" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma Construtora ERG Ltda. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 1.055.101,87 (um milhão, cinquenta e cinco mil, cento e um cruzeiros e oitenta e sete centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do contrato de execução nº. 002/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

12°.) Processo nº. 090790/77. ASSUNTO: Relatório nº. 051/77- DT., relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "A" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma EMPREC - Empreendimentos de Engenharia Civil Ltda. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 1.007.937,62 (um milhão, sete mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros e sessenta e dois centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando- se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do contrato de execução nº. 001/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

13°.) Processo nº. 091033/77. ASSUNTO: Relatório nº. 052/77- DT., relativo à execução de serviços extras de redes de energia elétrica, água e esgotos, nas unidades habitacionais em construção no Setor "E" - Guariroba - Ceilândia, a cargo da firma IRFASA S/A - Construções, Indústria e Comércio. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a proposição do Relator, em face das exigências formuladas pelas concessionárias locais, RESOLVE: Aprovar o acréscimo no valor contratual, da importância de Cr$ 985.846,59 (novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis cruzeiros e cinquenta e nove centavos), para fazer frente aos serviços extras em referência, aplicando -se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda Parágrafo Único do contrato de execução nº. 005/77, firmado com a sobredita firma. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS.

14°.) Processo nº. 43806/76. ASSUNTO: Homologação de Laudo de Avaliação e pedido de autorização de licitação pública. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº. 027/77 - DI., RESOLVE: Homologar o Laudo de Avaliação constante do processo e autorizar a licitação pública dos imóveis avaliados, na forma prevista pelo citado relatório. RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON.

Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo.

ATA DA 853ª REUNIAO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1977

As 10:00 (dez) horas do dia 10 (dez) de agosto de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou - se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 853ª Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do processo em pauta. Processo nº 088677/77. ASSUNTO: Trata do resultado da concorrencia nº EC - 09/77, com vistas à construção de 04 (quatro) Escolas Moduladas no Setor "M" Norte de Taguatinga. DECISAO: A DIRETORIA, tendo em vista o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: 1. Homologar, "ad - referendum" do BNH, o julgamento resultante da concorrência nº EC - 09/77, que indicou como vencedora a firma BARSIL- Construções e Comércio Ltda., com a proposta no valor global de Cr$ 24.242.976,28 (vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e vinte e oito centavos), e como segunda colocada, a firma MASTER INCOSA ENGENHARIA S/A., com a proposta no valor de Cr$ 24.235.052,36 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cinqüenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos). 2. Encaminhar o processo ao Serviço Jurídico para preparar o contrato de execução a ser assinado com a vencedora e, em seguida, ao Egrégio Conselho de Administração da SHIS para os fins previstos na Cláusula Vigésima Segunda- ítem VII do Contrato Social da Empresa. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHAO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; SEMIAO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; JOSE ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 011/77-GED

O GERENTE DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Artigo 38, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.360 de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

Advertir o servidor DIVINO LUIZ DA SILVA, Trabalhador EP- 01, Matrícula nº 75.190, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, lotado na Usina de Tratamento de Lixo, pelos motivos constantes no O.I. nº 069/77-GED.

Brasília, 19 de agosto de 1977

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Gerência de Destino de Resíduos Sólidos
Gerente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 012/77-GED

O GERENTE DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Artigo 38, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.360 de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

Advertir o servidor MÁXIMO SOARES DA SILVA, Trabalhador EP-01, Matrícula nº 75.266, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, lotado na Usina de Tratamento de Lixo, pelos motivos constantes no O.I. nº 069/77-UTL.

Brasília, 19 de agosto de 1977

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Gerência de Destino de Resíduos Sólidos
Gerente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 013/77-GED

O GERENTE DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Artigo 38, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.360 de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

Advertir o servidor SEBASTIÃO CAETANO FERREIRA, Trabalhador EP-01, Matrícula nº 75.285, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, lotado na Usina de Tratamento de Lixo, pelos motivos constantes no O.I. nº 069/77-UTL.

Brasília, 19 de agosto de 1977

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Gerência de Destino de Resíduos Sólidos
Gerente

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - CAESB

DIRETORIA

ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB.

Aos vinte e dois dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, realizou - se a 368º sessão da Diretoria, sob a presidência do Engº Francisco de Salles Baptista Ferreira, Superintendente da Empresa, presentes os Senhores Diretores Manoel Ovídio Filho, Fausto de Marcos Rabelo Filho, João Carlos de Siqueira Filho e Luiz Cláudio Castello Branco. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram julgados os seguintes processos em pauta: 1º) Processo nº 707500/77, que trata da homologação do resultado da Tomada de Preços nº TP - 021/77 - CAESB, para aquisição de tubos e conexões de PVC e ferro galvanizado, destinados à execução de ligações de água em Brasília e nas cidades satélites, relatado pelo Diretor Fausto de Marcos Rabelo Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Comissão Julgadora, às fls. 137/139, homologa o resultado da Tomada de Preços nº TP - 021/77 - CAESB, adjudicando às firmas abaixo mencionadas o fornecimento de tubos e conexões de PVC e ferro galvanizado, solicitados pelo Serviço de Ligações Prediais e destinados à execução de ligações de água em Brasília e nas cidades satélites: 1) CIA. HANSEN INDUSTRIAL - Itens 01/16 e 33/34 - Valor total, com imposto e frete: Cr$ 221.427,32 - Prazo de entrega: 30 (trinta) dias- Condições de pagamento: 30 (trinta) dias do fornecimento líquido; 2) COE, COELHO E CIA. LTDA. - CASA IRACEMA - Itens 17/24 - Valor total, com imposto e frete: Cr$ 47.607,00 - Prazo de entrega: 30 (trinta) dias - Condições de pagamento: 30 (trinta) dias do fornecimento líquido: 3) - CIMPLA S/A - COMERCIAL E INDUSTRIAL DO PLANALTO - Itens 25/32 - Valor total, com imposto e frete: Cr$ 282.070,00 - Prazo de entrega: 45 (quarenta e cinco) dias - Condições de pagamento: contra a apresentação das faturas." 2º) Processo nº 1054/76, relativo à dispensa de licitação e consequente pagamento à CODEPLAN pela execução de serviços de manutenção e operação da rede hidrológica da CAESB, relatado pelo Diretor João Carlos de Siqueira Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, AUTORIZA a dispensa de licitação, com base na alínea "g" do artigo 3º, e no artigo 4º da Resolução nº 003/75 - CA - CAESB, e o pagamento à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, órgão do Governo do Distrito Federal, no valor de Cr$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), pela execução dos serviços de manutenção e operação da rede hidrológica da CAESB, objeto dos processos nºs 1059/76, 2399/76, 706949/77, 706971/77 e 706972/77." 3º) Processo nº 711476/77, que trata da renovação da concessão do Auxílio de 50% do pagamento das mensalidades de até 20 (vinte) servidores da CAESB matriculados em Centros de Ensino superior, relatado

pelo Diretor Fausto de Marcos Rabelo Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista que a medida tem a finalidade de aprimorar o processo de concessão do Auxílio de 50% do pagamento das mensalidades de até 20 (vinte) servidores da CAESB matriculados em Centros de Ensino Superior e uma vez que esse benefício é uma forma de incentivar a formação universitária dos empregados da Companhia, o que é de extrema utilidade para a mesma, opina, ouvido o Egrégio Conselho de Administração, pela renovação do mencionado Auxílio, cujas despesas serão compensadas com o consumo de água e coleta de esgotos faturados mensalmente aos estabelecimentos de ensino superior, devendo a Empresa, em consequência, adotar as seguintes medidas: a) prorrogar, por tempo indeterminado, a concessão do citado Auxilio (bolsas de estudo), evitando - se, assim, a anuência dos Órgãos Colegiados para renovações anuais, as quais deverão ser feitas a partir de manifestação de servidores interessados; b) estabelecer critérios de seleção em nova Instrução da Superintendência da CAESB, a ser baixada em consonância com o disposto na alínea precedente; c) delegar à Diretoria Administrativa e Financeira poderes para, através do seu Departamento de Recursos Humanos, gerir o Auxílio, reservada à Superintendência da Empresa competência para autorização, após observadas as condições de concessão e renovação previstas na nova Instrução; d) tomar como base para a elaboração da Instrução referida nas alíneas "b" e "c" a de nº 044/71, atualmente em vigor, na qual deverão ser introduzidas as modificações provenientes das mudanças ambientais ocorridas desde 1971 até a presente data." 4º) Processo nº 709141/77, relativo à ratificação de ato do Sr. Superintendente que, usando da faculdade prevista na alínea "h" do art. 3º da Resolução nº 003/75 - CA - CAESB, autorizou a dispensa de licitação para fornecimento e montagem de divisórias na Unidade de Taguatinga, relatado pelo Diretor João Carlos de Siqueira Filho. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e face ao que consta do processo, RATIFICA o ato do Sr. Superintendente que, usando da faculdade prevista na alínea "h" do art. 3º da Resolução nº 003/75 - CA - CAESB, autorizou a dispensa de licitação para fornecimento e montagem de divisórias na Unidade de Taguatinga pela firma MADEIREIRA CEDRO LTDA., no valor de Cr$ 211.103,40 (duzentos e onze mil, cento e três cruzeiros e quarenta centavos)." 5º) Processo nº 708634/77, relativo à homologação do resultado da Tomada de Preços nº TP - 025/77 - CAESB, para aquisição de equipamentos de laboratório, destinados ao Grupo de Estudos de Poluição, relatado pelo Diretor Manoel Ovídio Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com os pareceres do Sr. Coordenador de Pesquisas Limnológicas do GEP (fls. 129/138) e da Comissão Julgadora (fls. 139/141), homologa o resultado da Tomada de Preços nº TP - 025/77 - CAESB, adjudicando o fornecimento dos equipamentos de laboratório de que trata o Anexo I do Edital, destinados ao projeto de pesquisas limnológicas do Lago Paranoá e solicitados pelo Grupo de Estudos de Poluição, às seguintes firmas: 1) MICRONAL S/A APARELHOS DE PRECISÃO - Itens 01 e 02 - Valor total, com impostos e frete: Cr$ 158.113,50 - Prazo de entrega: - item 01: 10 (dez) dias - item 02; 60 (sessenta) dias - Condições de pagamento: 30 (trinta) dias, do faturamento líquido: 2) TIRADENTES MÉDICO- HOSPITALAR LTDA - Itens 03, 04 e 08 (opção) - Valor total, com impostos e frete: Cr$ 15.510,00 - Prazo de entrega: 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias úteis - Condição de pagamento: à vista líquido: 3) PLANTEL S/A - Item 06 (opção) - Valor total, com impostos e frete: Cr$ 21.340,00 - Prazo de entrega: 10 (dez) a 40 (quarenta) dias - Condição de pagamento: 30 (trinta) dias, após o faturamento; 4) OCM - ORGANIZAÇÃO CARVALHO DE MORAES - CARVALHO DE MORAES E CIA. LTDA. - Itens 05 e 07 - Valor total, com impostos e frete: Cr$ 13.092,00 - Prazo de entrega: 10 (dez) a 30 (trinta) dias - Condições de pagmento: contra a apresentação da fatura. CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTOS: Cr$ 208.055,50 (duzentos e oito mil, cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos)." 6º) Processo nº 7829/75, relativo à prorrogação do Contrato nº 752, firmado em 22/03/76 entre a CAESB e a DATAMEC S/A para elaboração do projeto, desenvolvimento, implantação e operação conjunta do sistema comercial da CAESB, através de processamento de dados por computador, relatado pelo Diretor Fausto de Marcos Rabelo Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta da Cláusula Quinta do Contrato nº. 752, de fls. 404/410 do processo, e considerando que a DATAMEC S/A ENGENHARIA DE SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS vem cumprindo satisfatoriamente os termos contratuais, autoriza a alteração do referido instrumento, nas seguintes bases: a) aditamento de prazo por mais 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data de expiração do Conrato, e também de valor, até Cr$ 1.490.467,60 (hum milhão, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e sete cruzeiros e sessenta centavos) mantidas as mesmas condições e preços atualmente em vigor b) inclusão de cláusula em que se mencione que o documento de fls. 414/415 do processo passará a fazer parte integrante do instrumento contratual; c) seja a Assessoria Jurídica da CAESB encarregada de proceder as modificações acima mencionadas." 7) Processo nº 710197/77, relativo a re - ratificação da Decisão da Diretoria, proferida em sua 364ª sessão, de 17/06/77, que autorizou a contratação da PROCENGE S/A, para prestação de serviços técnicos de treinamento de equipes e assistência técnica a trabalhos de modernização administrativa da CAESB, relatado pelo Diretor João Carlos de Siqueira Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, re - ratifica a Decisão proferida em sua 364ª sessão, de 17/06/77 que autorizou a contratação da PROCENGE S/A - Processamento de Dados e Engenharia de Sistemas, para prestação de serviços técnicos de treinamento de equipes e assistência técnica a trabalhos de modernização administrativa da CAESB, no que se refere aos custos totais estimados para a assessoria técnica, constantes do item 3.3 da proposta P - 201/77, que passam a ser de Cr$ 6.105.936,00 (seis milhões, cento e cinco mil, novecentos e trinta e seis cruzeiros), de acordo com o documento de fls. 189 (P - 252/77), mantidas as demais condições de sua proposta P - 201/77." 8º) Processo nº 712751/77, que trata da homologação do Convênio firmado pela Superintendência, em 04/05/77, entre a TELEBRASILIA, CAESB, TERRACAP, CEB, CODEPLAN e a anuência do Distrito Federal, e autorização para celebração de outro Convênio com as citadas empresas, relatado pelo Superintendente Francisco de Salles Baptista Ferreira. DECISÃO: "A Diretoria tendo em vista o que consta do processo homologa o ato do Sr. Superintendente, que firmou, em 04 de maio de 1977, Convênio entre a TELEBRASILIA, CAESB, TERRACAP, CEB, CODEPLAN e a anuência do Distrito Federal, constituindo objeto a implantação do SUBSISTEMA CADASTRO DE INFRA - ESTRUTURA URBANA, DO SISTEMA CADASTRO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL - CETDF, e autoriza a celebração de outro Convênio com as citadas empresas, com o objetivo de administrar e operar o referido Cadastro Técnico, em conformidade com o determinado pelo Decreto 3.688, de 13/05/77, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, Rozibilla Lobato Maia, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai por mim subscrita e assinada pelo Superintendente e Diretores presentes.

FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA; MANOEL OVÍDIO FILHO; FAUSTO DE MARCOS RABELO FILHO; JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA FILHO; LUIZ CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - (Republicado por haver saído com incorreção no DO de 26.08.77, pág. 12)

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB

INSTRUÇÕES DE PROMOÇÕES E ADMISSÕES DE PESSOAL NA TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES - TEP, DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA-TCB, DE ACORDO COM OS PROCESSOS 772475/77, 772518/77, 2952/75, 772544/77, 772554/77, 2661/77, 772640/77, 772573/77, 772724/77, 772804/77, 772752/77, 772586/77, 772704/77, 772754/77, 772854/77 e 772410/77:

Promoções:

01/07/77 - Promover, JOSÉ JOVANDY SOARES, da função de Cobrador para o de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

15/07/77 - Promover ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA, na função de Servente para o de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00.

25/07/77 - Promover, JOSÉ MARIA DOS PASSOS OLIVEIRA, na função de Cobrador para o de Manobreiro, com o salário mensal de Cr$ 2.093,00.

Admissões:

04/07/77 - De SERAFIM CAMPOS DE ANDRADE, na função de Aj. de Posto, com o salário mensal de Cr$ 1.638,00; de JOSÉ RIBAMAR EVANGELISTA DE MELO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Jurai Alves de Oliveira; de JONAS AMÉRICO DA SILVA, na função de Pedreiro, com o salário mensal de Cr$ 2.184,00; de ADILSON BARBOSA SILVA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00; de NIVALDO DE SOUZA SILVA, na função de Cobrador com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Antonio Feitosa; de SEVERINO HONÓRIO DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de JOSÉ ZACARIAS SOBRINHO, na função de Cobrador com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por José Jovandy Soares.

05/07/77 - De MANOEL GREGÓRIO DE AZEVEDO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Beijamim de Jesus; de ANESIO PEREIRA DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de ANTONIO GOMES, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Ezequias Catrinque; de MARIO RUBENS GONÇALVES BARBOSA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Antonio Faustino Bezerra; de FAUSTO MARTINS DE SOUZA, na função de Estofador, com o salário mensal de Cr$ 2.366,00, na vaga deixada por Joaquim Francisco de Freitas; de JOÃO ALEXANDRINO DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Moacir de Araújo Rosseti.

06/07/77 - De JOSÉ FELIPE DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de SALVADOR APARECIDO NUNES, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Olavo Ferreira Rocha; de BELARMINO SILVA DE SOUZA, na função de Motorista com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

11/07/77 - De JOSÉ PAES DE BARROS, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,00, na vaga deixada por José Orlando Manoel da Silva; de EDILSON LOPES DE SALES, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00; de SALVADOR SOARES DA SILVA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00; de JOSÉ SOARES LEITE, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Salomão Alves Cordeiro; de LUIZ RUFO DE SOUSA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Severino Hipolito Sobrinho; de VALDEMIRO ALMEIDA DA SILVA, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,00, na vaga deixada por Márcio Antonio da Silva; de APARECIDO DALMIR DE JESUS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Iremar Duarte Barros; de SEBASTIÃO TEIXEIRA DE ALMEIDA SOBRINHO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por João Carlos Azevedo Dourado; de ARIALDO ALVES FERREIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.385,00, na vaga deixada por José Wilson; de JOÃO DOS SANTOS SOUZA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Antônio Ribeiro Carvalho do Nascimento; de ANTONIO MIGUEL DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Geraldo Neves Alvim; de JAILSON LEITE DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Júlio Coutinho Rangel.

12/07/77 - De JOSÉ JOÃO DE SOUZA, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Júlio Borges de Oliveira; de ANGELO JOSÉ FALEIRO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de JOSÉ AURÉLIO HERMETO DE OLIVEIRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Renailton Gentil Lopes; de BEIJAMIM HONORATO DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

13/07/77 - De SEBASTIÃO DIAS BRANDÃO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de JOSÉ HENRIQUE PEDRO PEREIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.485,00, na vaga deixada por Manoel Magno Fernandes; de VALDETO TAVARES DA CAMARA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por José Antonio do Nascimento; de NICANOR AIRES DE SANTANA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Anadir Cassimiro da Silva;

14/07/77 - De JOSÉ DE SOUZA PACHECO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de OTACILIO OLIVEIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de JOAQUIM LEAL, na função de Borracheiro, com o salário mensal de Cr$ 1.849,00.

18/07/77 - De ENEDINO DOS REIS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por João Barrense Neto; de JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Norvandi Montes de Castro; de AGUINALDO PADILHA DE CARVALHO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Claudionor Alves Portugal; de ALBERTINO DE JESUS GOMES, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Rui Barbosa Gonçalves; de OSALMI DOS SANTOS AGUIAR, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por José Ferreira Mota; de DORIVAL JOSÉ EUGÊNIO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de VALDECI SOARES BATISTA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de AMÉRICO FABIANO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

19/07/77 - De MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por José Maria Batista Vieira; de ANTONIO INOCÊNCIO DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de CARLOS RODRIGUES DE AQUINO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Samuel Frasão Correia; de ANTONIO WALTER PERES CARNEIRO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Maurício de Sousa Braga; de ELY PEREIRA DA SILVA, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,40, na vaga deixada por Joaquim Pereira da Silva; de CICERO BIZERRA DE SOUZA, na função de Motorista com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Sebastião Pagman; de JONATAS ALFO DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Valdo Luiz Gonzaga; de NIVALDO GONÇALVES DOS SANTOS, na função de Mecânico, com o salário mensal de Cr$ 2.366,00; de IRANILDO DE LIMA, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,00, na vaga deixada por Pedro Mendes de Souza.

20/07/77 - De JOSÉ PEREIRA BRAGA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Roberto Faustino; de GETULIO DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

25/07/77 - De MARCELINO FRANCISCO DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por José Ribamar Fonseca; de JOSÉ PEREIRA DE LUNA, na função de Ajudante de Posto, com o salário

mensal de Cr$ 1.638,00; de NASCIMENTO PINTO DE CARVALHO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de ROBERVAL ALVES DE JESUS, na função de Aj. de Soldador, com o salário mensal de Cr$ 1.849,00, na vaga deixada por Carlos Pereira Leite; de ISAIAS LOPES FERREIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de UBIRAJARA MENDES RIBEIRO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de WANDERLEY MENDES SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.450,00, na vaga deixada por Eurípedes José da Silva;

26/07/77 - De JUSCELINO SILVA DOS REIS, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,40, na vaga deixada por Nelson Gomes Rodrigues; de MIGUEL CARNEIRO CORREIA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00; de SINVAL ANTONIO DIAS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00; de RICARDO DE SOUZA LEAL, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00; de ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00.

27/07/77 - De DINIZ FELICIO TAVARES, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00; de ELIZEU FERREIRA DE MELO, na função de Cobrador com o salário mensal de Cr$ 1.540,00.

ATA DA REUNIÃO DOS SÓCIOS COTISTAS DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA- TCB- EM 30/04/975;

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 1975 (mil novecentos e setenta e cinco), na sede da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada- TCB- localizada no Setor de Garagens Oficiais- E.A.A.- em Brasília, Distrito Federal, às 18:00 (dezoito) horas, reuniram- se os sócios cotistas da aludida Sociedade, sendo o Governo do Distrito Federal representado pelo Procurador Geral do Distrito Federal, Dr. Pedro José Xavier Mattoso e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil- NOVACAP, representada pelo Chefe de Gabinete da sua Superintendência, Dr. Aziz Tajra Neto, e esta Sociedade representada pelo seu Diretor Superintendente Engº Dalmo Pimentel dos Santos, para examinar o Balanço Geral e a Prestação de Contas desta Sociedade, alusivos ao exercício financeiro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro). A Assembléia foi presidida pelo Senhor Procurador Geral que após a análise procedida e face aos esclarecimentos prestados pelo Diretor Superintendente da TCB, manifestou- se favorável a aprovação das Contas, tendo em vista os pronunciamentos do Conselho Fiscal da Sociedade e da Auditoria da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, que figura às fls. 4/12 do processo 007214/75- GDF. Recomendou providências necessárias para a regulamentação imediata do seguro fidelidade pelo responsável pela guarda de bens, ou valores, no caso o Sr. Almoxarife. Recomendou, outrossim, a obtenção de assinaturas do recibos por parte dos funcionários demitidos. Usando da palavra o Diretor Superintendente da Sociedade acrescentou que quanto ao seguro fidelidade já foram tomadas as necessárias providências e que, com relação aos recibos de quitação sem assinatura, deve- se ao fato de funcionários que, tendo saldos devedores para com a Empresa, relativos, principalmente, a avarias e uniformes quando de sua demissão, face ao citado saldo devedor constante da quitação final não retornam à Empresa para assinatura do documento e composição amigável da dívida.

Acompanhou o voto Cotista Governo do Distrito Federal, o Cotista Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, tendo assim ficado aprovadas as citadas contas e o Balanço Geral. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu Maria Josefina de Faria, secretária "ad- hoc" para constar, lavrei a presente ata que, após ter sido lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos demais presentes. Brasília- DF, 30 de abril de 1975.

Cópia de inteiro teor, extraída do livro de ata.

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº. 52/77, DE 04 DE AGOSTO DE 1977.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29, inciso XV, do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº. 2.877, de 04/04/75, combinado com o artigo 16 do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar ANTONIO DUARTE DIAS, Assessor Auxiliar do 1º Subprocurador Geral, Matrícula nº. 16.023, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Firma XEROX DO BRASIL S/A, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" de 27/07/77, constante do processo nº. 053.036/77.

Publique - se.

Brasília, em 04 de agosto de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

PORTARIA PRG Nº. 056/77, DE 25 DE AGOSTO DE 1977.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29, inciso XV, do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº. 2.877, de 04.04.75, combinado com o artigo 16 do Decreto nº. 2.951 , de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o Doutor OCTAVIO LEITE DE SOUZA, Procurador do Distrito Federal, Classe C, Código SJ - 901.3, matrícula nº. 4.521, para substituir o 3º. Subprocurador Geral, no período de 30.08.77 a 28.09.77, correspondente às férias do titular.

Brasília, 25 de agosto de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 132, DE 16 DE AGOSTO DE 1977.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 1956/77,

RESOLVE:

Designar, nos termos do art. 33, parágrafo 2º, alínea "a", do Regulamento dos Serviços Auxiliares desta Corte, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, LUCIA WANDERLEY CHAVES, Técnico de Controle Externo "A", código TCDF-CE- 011.3, Referência 46, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Documentação, código TCDF- DAI- III. 3, do Serviço de Administração, da Diretoria- Geral de Administração, durante o atual afastamento da titular, no período de 05 de agosto a 03 de setembro do corrente ano.

Brasília- DF., em 16 de agosto de 1977.

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Vice- Presidente, no exercício da Presidência

(Republicado por haver saído com incorreção no DO de 25- 8- 77, pag. 10)

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UMA COPIADORA MODELO 7.000, ACOMPANHADA DE DUAS CLASSIFICADORAS AUTOMÁTICAS MODELO 2.410 E 2.420, INSTALADAS NA SECRETARIA DO GOVERNO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 24 dias do mês de agosto de ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Secretário do Governo, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Professor, na qualidade de Secretário do Governo, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 001134/77, de outro, a Firma XEROX DO BRASIL S/A, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33227042/0006, através de sua filial de Brasília, localizada no GS- 03, Bl. "A", nºs 85/89, do Edifício Santa Fé, doravante donominada simplesmente LOCADORA, neste ato representada pelo Senhor SEBASTIÃO AOVES RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de gerente, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a LOCADORA dá em Locação ao Distrito Federal, através da Secretaria do Governo uma copiadora modelo 7.000 acompanhada de duas classificadoras automáticas modelos 2.410 e 2.420, instaladas na Secretaria do Governo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica assegurado à LOCADORA, para cada calendário, a percepção de um aluguel mínimo mensal no valor de Cr$ 14.003,00 (quatorze mil, três cruzeiros), incluída a Taxa fixa mensal de Cr$ 3.283,00 (três mil, duzentos e oitenta e três cruzeiros) equivalente a 20.000 (vinte mil) impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: I) Copiado até 50.000 (cinquenta mil) cópias de um mesmo original, preço por cópia Cr$ 0,53.6 (cinquenta e três centavos e seis décimos) cópia/mês e, Cr$ 0,41.5 (quarenta e um centavos e cinco décimos) por cópias, além de 50.000 (cinquenta mil) cópias/mês; II(Duplicação mais de 10 (dez) cópias de um mesmo original, Cr$ 0,20-6 (vinte centavos e seis décimos) por cópia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurado à LOCADORA, pelo uso dos equipamentos modelos 2.410 e 2.420, o pagamento mensal de Cr$ 1.208,00 (hum mil, duzentos e oito cruzeiros), e Cr$ 563,00 (quinhentos e sessenta e três cruzeiros), respectivamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os periodos inferiores a 01 (um) mês, o aluguel mínimo mensal, incluindo a taxa referida nesta cláusula, será calculado "pro rata tempore", estabelecido o seu valor na base de dias efetivos do mês.

CLÁUSULA TERCEIRA - As condições de aluguel estabelecidas na cláusula anterior são passíveis de reajustamento, desde que autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP.

CLÁUSULA QUARTA - O valor estimativo do presente contrato é de Cr$. 163.243,25 (cento e sessenta e três mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros e vinte e cinco centavos), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício- Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo a despesa à conta do Elemento: 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 040/77, emitida por estimativa pela Secretaria do Governo - SEG.

CLÁUSULA QUINTA - O preço da locação não inclui o do papel, tonalizador, revelador e outros materiais de consumo, nem o do cilindro xerográficos, cuja aquisição será paga à parte, reservando- se a LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido.

PARAGRAFO UNICO - A carcaça do cilindro xerográfico substituido deve ser devolvido à LOCADORA.

CLÁUSULA SÉXTA - Os pagamentos dos materiais de consumo entendem- se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedido pela LOCADORA ao Distrito Federal, a serem estabelecidas através da correspondência trocada entre as partes, que passará a integrar este ajuste independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SÉTIMA - O faturamento do aluguel mínimo mensal se referirá, sempre, ao mês da emissão da futura, enquanto que as importâncias correspondentes às cópias excedentes a esse mínimo, serão faturadas por mês vencido.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, obriga- se ao pagamento pontual de aluguéis e faturas de fornecimento de materiais de consumo e cilindros xerográficos. O não cumprimento desta condição implicará no corte de fornecimento de materiais e no desligamento temporário da máquina, podendo dar margem à rescisão do contrato, a critério da LOCADORA.

CLÁUSULA OITAVA - Se por razões justificáveis, a leitura a que se refere o Parágrafo Único da cláusula anterior, não puder ser feita em determinado mês, a LOCADORA apresentará o faturamento pela média mensal dos últimos 2 (dois) meses, e fará o acerto respectivo após a medição do mês subsequente.

CLÁUSULA NONA - Obriga- se o Distrito Federal, através da Secretaria do Governo a: I) usar a máquina corretamente, mantendo - a no local instalado, não removendo - a sem prévio consentimento da LOCADORA, por escrito, arcando com o ônus de eventual remoção e religação; II) MANTER bem visíveis as placas que especifiquem o modelo, propriedade, número, série e marca da máquina, não introduzindo modificações de espécie alguma; III) defender todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA sobre a máquina: IV) notificar imediatamente a LOCADORA de qualquer intervenção ou violação, por parte de terceiros, na máquina. V) permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA para a leitura dos medidores, manutenção ou reparos e, ainda o seu desligamento ou remoção, nas hipóteses cabíveis; VI) responsabilizar- se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina, decorrentes do descumprimento das responsabilidades previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DECIMA - Constituem obrigações da LOCADORA: I) encarregar- se da manutenção técnica da máquina, reparos e/ou substituindo, durante o horário normal de expediente, partes afetadas pelo uso normal, à exceção do cilindro xerográficos, que ao ser substituído será pago pelo Distrito Federal, através da Secretaria do Governo; II) prestar, sem ônus para o Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, os serviços mencionados no item anterior desta cláusula reservando- se porém, o direito de cobrá- los quando executados fora do horário normal de expediente; III) promover treinamento especifico, em sua dependências, sem ônus, de servidor do Distrito Federal designado como operador-chave do equipamento devendo a substituição deste funcionário ser comunicado imediatamente à LOCADORA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O inadimplemento, por qualquer das partes, das obrigações ora contraídas, dará ensejo à rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderá ser aceita a rescisão proposta pelo Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, sem a obrigação de indenizar a LOCADORA, caso haja conveniência ou necessidade comprovada, cabendo, no caso, a imediata devolução da máquina.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos do art. 1.058 do Código Civil, os contratantes ficam exonerados do cumprimento das suas obrigações, enquanto perdurarem tais circunstâncias.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - A tolerância da LOCADORA em receber com atraso qual -

quer das importâncias que lhe forem devidas pelo Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, ou relativa ao cumprimento das obrigações, não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer comunicação entre as partes somente será levada em consideração quando feita por escrito, excetuando- se as solicitações para atendimento dos reparos e/ou substituições previstas na cláusula decima, item I, deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica a LOCADORA sujeita, caso se torne inadimplente, às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este instrumento poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo de vontades, desde que a parte interessada se manifeste com 60 (sessenta) dias de antecedências do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este contrato entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da LOCADORA, expirando em 31 de dezembro de 1977.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas soltas que integrarão o Livro de Registro do Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pela partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.): IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; PELA LOCADORA (as.): SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO; TESTEMUNHAS (as) IVAN GOMES RIBEIRO; VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES; VISTO: Em 25/08/77 - JÚLIO CESAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF.

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA MUSITEL- MÚSICA AMBIENTE LTDA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MÚSICA AMBIENTE, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Secretário de Finanças, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, na qualidade de Secretário de Finanças, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. 050406/77, e, do outro, a firma MUSITEL - MÚSICA AMBIENTE LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, sediada nesta Capital, no SDS - Centro Comercial Conic; Salas 217/219, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 00038067, no ato representada pela Senhora RUTH MADLENER DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, na qualidade de Sócia - Proprietária, resolvem firmar o presente contrato mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente ajuste tem por objeto o fornecimento de música ambiente ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, instalada nos 13º. e 14º, e 15º., andares do Edifício Brasília, nos órgãos relacionados às fls. 07, do processo mencionado no preâmbulo, que fica fazendo parte integrante deste ajuste como se nele transcrito fosse.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O serviço objeto deste termo será fornecido pela CONTRATADA ao DISTRITO FEDERAL, através da 04 (quatro) canais distribuídos por linhas telefônicas da Telecomunicações de Brasília S/A. (TELEBRASÍLIA) e sistema de alto- falantes, diária e ininterruptamente, das 8:00 às 3:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, enquanto vigorar a autorização concedida pelo Conselho de Telecomunicações CONTEL, consoante Portaria nº. 150, de 22 de fevereiro de 1967, publicado no DIÁRIO OFICIAL de 14 de março de 1967.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O equipamento necessário ao fornecimento da música ambiente a que se refere esta cláusula será de exclusiva propriedade do DISTRITO FEDERAL, instalado na Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo fornecimento objeto deste contrato, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, pagará à CONTRATADA, mensalmente, contra a apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor deste ajuste, a importância de Cr$ 1.125,54 (hum mil, cento e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), que deverá ser pago até o décimo (10º.) dia do mês subsequente ao vencido, equivalente a assinatura do canal, pagamento de direitos autorais, manutenção e conservação do equipamento instalado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Importa o presente ajuste em Cr$ 11.255,40 (onze mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1976, e correrá a despesa à conta do Elemento: 3.1.3.0 - SERVIÇOS DIVERSOS, da Função 03 - Administração e Planejamento; Programa 08 - Administração Financeira; Subprograma 021 - Administração Geral; Atividade SEF. 2.035 - Administração e Controle Fazendário, conforme Nota de Empenho nº. 072/77- SEF, no valor de Cr$ 11.255,40 (onze mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos), emitida pela Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA QUARTA - A inadimplência, por parte da CONTRATADA, de qualquer cláusula deste instrumento, será punida na forma disposto no art. 56 e seguintes do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº. 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA QUINTA - Não será considerada inadimplência qualquer interrupção fortuita proveniente de defeito no equipamento instalado, bem como por razões independentes da vontade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL através da Secretaria de Finanças, não permitirá que terceiros interfiram no equipamento, cujos reparos e readaptações decorrentes de defeitos, serão efetuados exclusivamente pela CONTRATADA, durante a vigência deste ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA compromete- se: I) atender prontamente as solicitações da Secretaria de Finanças, para efeito de prestação de serviços ora contratados, durante o horário de expediente, ou seja de 8:00 às 18:00 horas, diariamente, de 2ª. a 6ª. feira, em caso de urgência, poderão ser feitos fora deste horário, sendo considerados como extraordinários e cobrados de acordo com a tabela de preços da CONTRATADA, em vigor na ocasião; II) ao pagamento dos direitos autorais que recaírem sobre as músicas, fornecidas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - A extinção, liquidação, dissolução ou falência da CONTRATADA, bem como a retirada do aparelho telefônico ao qual se acha ligada a música, importará na rescisão automática deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL às expensas da CONTRATADA, expirando- se em 31 de dezembro de 1977.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Pelo DISTRITO FEDERAL: FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; Pela CONTRATADA: RUTH MADLENER DOS SANTOS; TESTEMUNHAS: MARIA APARECIDA XAVIER; IVAN GOMES RIBEIRO; VISTO. Em, 18.08.1977. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador- Geral do DF. (DAR, de 17.08.77 - Cr$ 535,20)

TERMO PARTICULAR DE CESSÃO DE USO GRATUITO QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA - TERRACAP, COMO CEDENTE - E DISTRITO FEDERAL COMO CESSIONARIO.

Pelo presente instrumento particular que mandaram datilografar e assinam, a COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA - TERRACAP, empresa pública criada pela Lei nº. 5.861/72, com sede nesta Capital, representada neste ato por seus Diretores: Superintendente, ARMANDO COLAVOLPE, Engenheiro Civil e Imobiliário, JOÃO ALCIDES HOMAR, Arquiteto, assistidos pelo advogado ALIRIO MACEDO, todos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designada CEDENTE e o Distrito Federal, representado pelo Secretário de Viação e Obras - SVO, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Engenheiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, com autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, doravante designaddo CESSIONARIO, ficou justo e contratado o seguinte:

1) A CEDENTE, sendo senhora e legítima proprietária de 5 (cinco) veículos automotores, com 0 (zero) Km rodado, abaixo discriminados, marca Volksvagen SEDAN, cor verde, ano de fabricação 1977, com 46 HP cada um, cede o uso dos ditos veículos ao CESSIONARIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

VEÍCULOS

ITEM	PLACA	NºCHASSIS	Nº MOTOR	DOCUMENTOS		
				TRU	CERT.REG	S.OBRIGAT.
01	AM-5925	BJ-511.229	BJ-227.325	106347538	141285	25534399
02	AM-5935	BJ-511.228	BJ-227.004	106347505	66390	25534400
03	AM-5945	BJ-511.234	BJ-227.324	106347516	26901	25534394
04	AM-5955	BJ-227.721	BJ-227.721	106347483	6782	25534396
05	AM-5965	BJ-511.358	BJ-227.646	106347494	998345	25534392

OBS: os veículos retro têm os seguintes acessórios: 1) uma chave de fenda 1,0mm; 2) uma chave de roda; 3) um cabo de chave de roda/vela; 4) um macaco mecânico; 5) um triângulo; 6) um extintor de incêndio com marcador; 7) um pneu de step com roda; 8) quatro calotas pequenas; e 9) uma bolsa p/ferramentas, cada veículo possui um "Manual do Proprietário" com cartões para revisões de 1.000, 20.000, 30.000 e 40.000 Kms, os documentos dos veículos são originais

2) O prazo de duração da presente cessão é de vinte e dois (22) meses, a partir de 31/05/77, até 31/03/79, data em que o CESSIONARIO se obriga a entregar à CEDENTE os veículos objeto do presente contrato, independentemente de quaisquer notificações, em perfeito estado de conservação e uso.

3) Durante o prazo de duração da presente cessão, nenhuma importância será devida a título de aluguel pela CESSIONARIA à CEDENTE.

4) Os veículos ora cedidos deverão ser utilizados pelo Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras - DLFO - da Secretaria de Viação e Obras - SVO - do Governo do Distrito Federal, no Serviço de Fiscalização que lhe está afeto, não sendo permitida a mudança desta destinação, sem consulta prévia à CEDENTE.

5) A CEDENTE se compromete a contratar 05 (cinco) motoristas para dirigirem os veículos ora emprestados, os quais serão por ela remunerados, embora devam ficar subordinados ao comando do DLFO/SVO.

6) A CEDENTE se compromete a fornecer os combustíveis e manutenções dos veículos, enquanto que o CESSIONARIO deverá arcar com os prejuízos decorrentes de mau uso dos mesmos, inclusive danos a terceiros, facultando - se à CEDENTE ressarcir ao CESSIONARIO, através de consignação em folha de pagamento do motorista considerado culpado.

E por estarem assim justos e contratados, mandaram datilografar o presente em três (3) vias de igual teor e forma, indo todas assinadas pelos contratantes e duas testemunhas a tudo presentes.

Brasília, 31 de maio de 1977

Pela Cedente: ARMANDO COLAVOLPE, JOÃO ALCIDES HOMAR - Pelo Cessionário: JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES - Testemunhas: TOSELLI ENRICO KERKACFF, RENATO CASTELLO DE CARVALHO.

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA OLIVETTI DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DAS MÁQUINAS DE ESCREVER E CALCULAR, MARCA OLIVETTI, INSTALADAS NA SECRETARIA DE SAÚDE, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Saúde, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Saúde, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 106.528/77, e, do outro, a firma OLIVETTI DO BRASIL S/A, sediada na CRN 502, Bloco "B", Lojas nºs 74 e 76, em Brasília, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 60502291/0041 - 35, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor JOSÉ CLEBER PIMENTA, brasileiro, casado, industriário, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF nº 044.434.037/87, na qualidade de Gerente da Filial de Brasília, resolvem firmar o presente contrato mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Obriga - se a CONTRATADA a prestar, para o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, assistência técnica e manutenção preventiva, adequada e indispensável ao perfeito funcionamento das máquinas de escrever e calcular, marca OLIVETTI, instaladas naquela Órgão, conforme relação de fls. 04/07, do processo mencionado no preâmbulo, que passa a fazer parte integrante deste ajuste, como se nele transcrito fosse, de fabricação da CONTRATADA e de propriedade do DISTRITO FEDERAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - Importa o presente contrato em Cr$ 16.924,00 (dezesseis mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do DIS-

TRITO FEDERAL, para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária, ELEMENTO: 3.1.3.0, Subelemento 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, Atividade SES/2.043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde, conforme Nota de Empenho nº 033/77 - SES, emitida pela Secretaria de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos mencionados nesta Cláusula serão pagos pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde à CONTRATADA, em 02 (duas) parcelas de valores iguais sem reajuste, da seguinte forma: a) - a 1ª (primeira) de Cr$ 8.462,00 (oito mil, quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros), será paga até o dia 30 de setembro do corrente ano; b) a 2ª (segunda), de Cr$ 8.462,00 (oito mil, quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros), será paga até o dia 30 de dezembro de 1977, mediante a apresentação de faturas devidamente atestadas pelo executor do presente contrato, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA providenciará a limpeza e lubrificação das máquinas referidas na cláusula primeira, empregando para tal fim, pessoal especializado, ferramentas especialmente projetadas e lubrificantes apropriados.

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA efetuará a troca de peças que se fizerem necessárias durante as intervenções técnicas, com exceção das seguintes peças e serviços, que, quando necessários, serão efetuados ao preço de custo: carroceria, motor elétrico, somador, parte de borracha, cromação, niquelação de peças e pintura de carroceria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este contrato dará cobertura, também, para os consertos de maior importância que exijam a retirada de toda e qualquer máquina para oficina da CONTRATADA, incluindo a substituição de peças sobressalentes, quando o mecânico não puder efetuar os serviços "in loco", nesta hipótese será feito um orçamento à parte.

CLÁUSULA QUINTA - Os chamados para reparos, serão atendidos pela CONTRATADA, no horário normal de expediente, sem cobrança adicional.

CLÁUSULA SEXTA - Não estão cobertos por este contrato os serviços e as substituições de peças decorrentes de acidentes, negligência, mau uso ou especificações, assim como, a substituição de fitas ou limpeza dos tipos de impressão.

PARÁGRAFO ÚNICO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, não permitirá que terceiros não autorizados pela CONTRATADA, intervenham nos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA OITAVA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento, sujeitar - se - á a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA NONA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente ajuste, serão inscritos na Dívida Ativa, e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da CONTRATADA, expirando - se em 31 de dezembro de 1977.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes ja mencionadas e testemunhas abaixo:

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PELA CONTRATADA: (as.) JOSÉ CLEBER PIMENTA; TESTEMUNHAS: (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e MARILIA LEÃO MARQUES CHAVES - VISTO. Em, 18.08.1977 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador - Geral do DF - (DAR, de 16.08.77 - Cr$ 535,20)

TERMO DE OCUPAÇÃO DO ESTÁDIO DE BRASILIA DO CENTRO DESPORTIVO "PRESIDENTE MÉDICI", CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE FUTEBOL, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DO JOGO AMISTOSO ENTRE O BRASILIA ESPORTE CLUBE E O UBERLANDIA ESPORTE CLUBE (MG) EM 24 (VINTE E QUATRO) DE JULHO DE 1977.

Aos 29 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto no artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e, do outro, a FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE FUTEBOL, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00367193/0001, sediada na Avenida W/3- Sul, Quadra 508, Bloco "A", Sobreloja 1 a 3, em Brasília, doravante denominada simplesmente OCUPANTE, neste ato representada pelo seu Presidente Senhor GERSON ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CIC nº 000563 451- 34, resolvem firmar este Termo, com fulcro no artigo 24, da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Pelo presente instrumento o DISTRITO FEDERAL cede à OCUPANTE o Estádio de Brasília do Centro Desportivo "Presidente Médici", para realização do jogo amistoso entre o BRASILIA ESPORTE CLUBE e o UBERLANDIA ESPORTE CLUBE (MG), em 24 (vinte e quatro) de julho de 1977, a partir das 13,00 horas, na conformidade do processo nº 021.112/77.

PARÁGRAFO ÚNICO- Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as tribunas de honra.

CLÁUSULA SEGUNDA- A OCUPANTE recolherá à Seção de Arrecadação I, da Divisão de Arrecadação da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, a importância de Cr$ 1.755,40 (Hum mil, setecentos e cincoenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos), correspondente a 02 (dois) salários de referências, em vigência no Distrito Fsderal, como Taxa de Ocupação.

CLÁUSULA TERCEIRA- O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por quaisquer acidentes que porventura envolvam os participantes do jogo.

CLÁUSULA QUARTA- A OCUPANTE incumbe as seguintes atribuições: I) confecção, autenticação e venda de ingressos, com responsabilidade total pela arrecadação e Borderaux: II) juizes, auxiliares, representantes e reservas; III) portarias, bilheterias e fiscalização; IV) bolas, redes, bandeirinhas e Córner, material para arbitragem e maca; V) credenciamento dos profissionais de imprensa;VI) material para vestiários (mesa de massagem e outros); VII) serviço médico; VIII) padioleiros e gandulas.

CLÁUSULA QUINTA- A OCUPANTE se responsabiliza, ainda, pelas despesas operacionais, que deverão ser pagas no Serviço Financeiro da AUD, no dia do evento.

CLÁUSULA SEXTA- Pelo inadimplemento de qualquer das cláusulas deste Termo, a OCUPANTE fica obrigada ao pagamento de 10 (dez) vezes o valor de referência, no Distrito Federal, instituído pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, regulamentado em legislação posterior e vigentes à época da cobrança.

CLÁUSULA SÉTIMA- Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL que decorrerem do presente ajuste serão inscritos na Dívida Ativa e Cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA- O DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas (AUD), designará um executor para o presente Termo, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA NONA- O presente Termo será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às exepensas da OCUPANTE, expirando- se após o integral cumprimento das obrigações ora assumidas pela OCUPANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA- Fica eleito o Foro de Brasilia, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em integração Livro próprio da 1a. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Pelo DISTRITO FEDERAL- TAQUEGI KORESSAWA- Pela OCUPANTE: GERSON ALVES DE OLIVEIRA- TESTEMUNHAS: MARIA APARECIDA XAVIER- IVAN GOMES RIBEIRO- VISTO: Em, 25/08/77- JÚLIO CÉSAR SANTOS- 1º Subprocurador Geral do DF- (DAR, de 26.08.77- Cr$ 403,20)

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 18 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 006949/75, e do outro o Senhor CELSON DE FREITAS CARVALHO, brasileiro, solteiro, funcionário Público, residente e domiciliado nesta Capital à QI- 8- Conjunto "U" casa 104- Guará- I, Portador do CIC nº 073157241- 68, resolvem firmar o presente Termo de Transação, tendo por objeto resolver em Termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego, do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado próximo ao Ginário de Esportes, ocorrido no dia 04.06.77, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O Senhor CELSON DE FREITAS CARVALHO, aceita os Termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo- se a: I) não pleitear em juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo Distrito Federal no valor de Cr$ 14.212,64 (quatorze mil, duzentos e doze cruzeiros e sessenta e quatro centavos), já acrescida dos juros legais e a resssarci- la integralmente.

PARÁGRAFO ÚNICO- A importância mencionada nesta cláusula será paga ao Distrito Federal, pelo Senhor CELSON DE FREITAS CARVALHO, em 20 (vinte) prestações mensais e sucessivas representadas por 20 (vinte) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 710,67 (setecentos e dez cruzeiros e sessenta e sete centavos) e as dezenove (19) demais no valor de Cr$ 710,63 (setecentos e dez cruzeiros e sessenta e três centavos), cada, vencendo a primeira no dia 30 de agosto de 1977 e a última no dia 30 de março de 1979.

CLÁUSULA SEGUNDA- O Distrito Federal, aceita a presente composição em todos os seus termos e Cláusulas, comprometendo- se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente Transação.

CLÁUSULA TERCEIRA- Os débitos para com o Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos Termo do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA QUARTA- O Senhor CELSON DE FREITAS CARVALHO, após o total cumprimento das obrigações ora assumidas, se compromete a retirar o aparelho abalroado do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília- CEB, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, fica a CEB- Companhia de Eletricidade de Brasília, autorizada a doar o material, a alguma instituição de caridade ou a qualquer outra entidade, indicada pela Secretaria de Serviços Públicos, observando sempre o interesse coletivo de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA- O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, a expensas do Senhor CELSON DE FREITAS CARVALHO, expirando após o total cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA- Fica eleito o Foro de Brasília,Distrito Federal,para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL- PELA PARTE (as.) CELSON DE FREITAS CARVALHO- TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO- VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES- VISTO. Em, 24 de agosto de 1977- JÚLIO CÉSAR SANTOS- 1º Subprocurador- Geral do DF- (DAR, de 09.08.77 - Cr$ 345,60)

RENOVAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE AREA SITUADA NA SQS. 403/04, DESTINADA A INSTALAÇÃO, A TITULO PRECARIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 23 dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 026.765/73, e, do outro, o Senhor WILSON PINHEIRO MEIRELES, brasileiro, desquitado, jornaleiro, portador do CIC nº. 010145441 - 49, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar a presente Renovação do Termo de Autorização entre si celebrado aos 15 de junho de 1973, lavrado às fls. 18/20, do Livro nº. 15, Renovado em 30 de dezembro de 1975, lavrado às fls. 427/28, do Livro nº. 22 de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, publicados no "DISTRITO FEDERAL", de 12.7.73 e 30.1.76, respectivamente, com fulcro no artigo 24 da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento fica renovado o TERMO DE AUTORIZAÇÃO firmado entre o DISTRITO FEDERAL e o AUTORIZADO em 15 de junho de 1973, objetivando a ocupação, pelo AUTORIZADO com fundamento no artigo 24 da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964, da área situada na SQS 403/04, destinada a instalação, a título precário, de Banca para venda de jornais, revistas e similares.

CLAUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO obriga - se a manter a banca o que se refere a cláusula anterior com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações e/ ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada.

CLAUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga - se, outrossim, a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independente de transcrição.

PARAGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Areas Cobertas Anexas, previstas no capítulo IV do Decreto nº. 2.982, de 19 de agosto de 1975, serão punidas na forma do capítulo V do citado diploma legal.

CLAUSULA QUARTA - O AUTORIZADO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da publicação deste, taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 271,20 (duzentos e setenta e hum cruzeiros e vinte centavos) até o 10º. (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado.

CLAUSULA QUINTA - O AUTORIZADO recolherá, a título de complemento de caução, a importância de Cr$ 292,50 (duzentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta centavos).

CLAUSULA SEXTA - O valor da taxa de ocupação, bem como o da caução correspondente, serão reajustáveis tomando - se por base o disposto na Lei nº. 6.205, de 29 de abril de 1975 e legislações posteriores.

CLAUSULA SÉTIMA - A área mencionada na Cláusula Primeira não poderá ser cedida, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL.

CLAUSULA OITAVA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Revistas e Areas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº. 2.982, de 19 de agosto de 1975, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLAUSULA NONA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante mútuo acordo de vontades.

CLAUSULA DÉCIMA - Esta renovação é outorgada em caráter precário, obrigando - se o AUTORIZADO a desocupar a área, dela retirando a banca que colocou, tão logo seja interpelado para o fazer.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da publicação deste.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, à expensas do AUTORIZADO, devendo o pedido de prorrogação, ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas avalsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL, Pelo AUTORIZADO: (as.): WILSON PINHEIRO MEIRELES, Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES, (as.) JOÃO CARVALHO DA SILVA - VISTO: Em, 24/08/77 - Júlio César Santos - 1º. Subprocurador Geral do DF - (DAR, de 17.08.77 - Cr$ 253.60).

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DA LOJA Nº 3.33, COM ÁREA DE 7,65m2, DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA AVELINO SARMENTO FURTADO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 22 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor MARCILIO MARQUES BOTTI, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente autorizado pelo art. 2º, Inciso II, do Decreto nº 1.765, de 05 de agosto de 1971, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 031.010/75, e, do outro, a firma AVELINO SARMENTO FURTADO, aqui representada pelo Senhor AVELINO SARMENTO FURTADO, brasileiro, casado, comerciante, portador do CIC nº 003205871 - 34, residente e domiciliado nesta Capital doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o nº 00371625/0001 - 27, resolvem firmar o presente ajuste na conformidade do artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, tendo como objeto a área denominada LOJA nº 3.33 com 7,65m2 (sete metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A área denominada Loja, objeto desta Permissão de Uso, situada na Estação Rodoviária de Brasília, será destinada exclusivamente ao comércio de Souvenir e Bijouteria.

CLÁUSULA SEGUNDA - A presente Permissão de Uso, autorizada a título precário, poderá ser revogada pelo Distrito Federal, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses: a) alteração, pela PERMISSIONÁRIA, da destinação prevista na Cláusula Primeira; b) dissolução, falência ou concordata da PERMISSIONÁRIA; c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente TERMO, especialmente as previstas na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSIONÁRIA, pagará ao DISTRITO FEDERAL, mensalmente, por período de 24 (vinte e quatro) meses, a importância de Cr$ 2.106,48 (dois mil, cento e seis cruzeiros e quarenta e oito centavos), a título de Taxa de Ocupação, conforme critério estabelecido na Portaria nº 107/76, de 30 de dezembro de 1976, do Secretário de Serviços Públicos.

PARÁGRAFO UNICO - O valor da Taxa de Ocupação, será reajustável na conformidade do critério estabelecido na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, legislação complementar e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA - A transferência da presente PERMISSÃO DE USO, a qualquer título no todo ou em parte, só se fará mediante consulta prévia e autorização do DISTRITO FEDERAL, obedecidas as seguintes condições: a) pagamento da taxa de transferência equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do TERMO DE PERMISSÃO DE USO, calculado sobre o valor da taxa de ocupação mensal em vigor e multiplicado pelo número de meses correspondentes ao prazo total da PERMISSÃO; b) na assinatura do novo TERMO DE PERMISSÃO DE USO, serão observadas as condições para qualificação de PERMISSIONÁRIAS, atualização da Taxa de Ocupação e caução correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA, neste ato, para garantia das obrigações assumidas no presente TERMO fará a prova de recolhimento de uma caução no valor de Cr$ 8.425,92 (oito mil quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros e noventa e dois centavos), correspondente a 04 (quatro) vezes a Taxa de Ocupação em vigor, junto ao Banco Regional de Brasília S/A, em favor do DISTRITO FEDERAL, caução essa que será reajustável na conformidade do critério estabelecido pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, legislação complementar e a diferença considerada e recolhida sempre que houver renovação da PERMISSÃO.

CLÁUSULA SEXTA - A PERMISSIONÁRIA, pagará mensalmente ao DISTRITO FEDERAL, na Tesouraria da AERB ou em Banco credenciado, a quota que lhe couber no rateio das despesas mensais de energia elétrica, água e esgoto.

CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento das obrigações constantes das Cláusulas Terceira e Oitava, dentro dos prazos previstos, implicará automaticamente no acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os respectivos valores vencidos, por cada mês de atraso, além dos juros e demais cominações legais, independentemente das penalidades previstas no Regulamento Geral da Estação Rodoviária de Brasília, do qual tem pleno conhecimento, que passa a integrar este ajuste, sem que seja necessária a sua transcrição, bem como as instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL.

CLÁUSULA OITAVA - O projeto de instalação da loja, compreendendo benfeitorias ou melhoramentos, móveis e equipamentos, feito pela PERMISSIONÁRIA, será submetido, aprovado e autorizado previamente por escrito, pela AERB.

CLÁUSULA NONA - As benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, realizadas pela PERMISSIONÁRIA, serão incorporadas ao imóvel, sem direito a qualquer indenização, seja a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA - A rescisão deste Termo de Permissão de Uso, pelas infrações previstas nas Cláusulas Segunda e Décima Primeira implicará na perda de qualquer direito de indenização ou reembolso pela PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Durante a vigência do presente Termo, a PERMISSIONÁRIA, obriga - se a: I) pagar pontualmente as mensalidades previstas na Cláusula Terceira; II) cumprir o Regulamento, Instruções e Ordens de Serviço da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, e responder por quaisquer atos seus, de seus empregados, ou prepostos que impliquem na inobservância dos referidos dispositivos; III) sujeitar - se - a todas as exigências da Saúde Pública, e das autoridades federais e estaduais; IV) efetuar, à sua custa exclusiva, em nome e benefício da AERB, um seguro contra risco de incêndio e de destruição total ou parcial da área de permissão; V) responder civilmente por todos os prejuizos, perdas e danos que venham a ser causados por si, seus empregados, ou prepostos, à Estação Rodoviária de Brasília, ou a terceiros; VI) pagar todas as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília; VII) não causar embaraços aos serviços da Administração da Estação Rodoviária quaisquer que sejam atendendo à sua fiscalização e cumprindo as determinações emanadas de seus órgãos competentes; VIII) afastar de serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência na Rodoviária for julgada inconveniente pela AERB; IX) manter a área objeto do presente Termo de Permissão de Uso em todas as suas dependências, com os respectivos aparelhos e instalações em perfeito estado de conservação, asseio e segurança, e em perfeito funcionamento, de forma a restituir tudo na mais perfeita ordem e nas mesmas condições em que recebe quando terminado o prazo do presente Termo, para que possa ser imediatamente ocupado por novo PERMISSIONÁRIO, sem que isso demande conserto, reparação ou pintura, utilizando, ao fazer reparação, material da mesma qualidade que o anteriormente empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - É expressamente proibido à PERMISSIONÁRIA: I) o funcionamento de aparelhos radiofônicos, alto-falantes ou congêneres, que sejam ouvidos fora da loja ou espaço a ele permitido, bem como permitir algazarra, distúrbios e ruídos incompatíveis com o comportamento e decoro social; II) a ocupação de fachadas externas, bem como qualquer espaço externo, à área objeto do presente Termo de Permissão de Uso com mercadorias, cartazes propagandas, indicações ou dizeres congêneres, salvo autorização por escrito da Administração da Estação Rodoviária de Brasília.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - No caso de haver necessidade de serem tomadas medidas judiciais para reintegração de posse, por descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no presente Termo, no Regulamento, nas Instruções nas Ordens de Serviços da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, as custas judiciais ou extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta exclusiva da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao executor mencionado nesta cláusula caberá ainda, fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes deste ajuste, bem como a conservação dos bens que constituem seu objeto, ficando - lhe assegurado, desde já o livre acesso a qualquer dependência da área objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser renovado ou prorrogado, mediante requerimento da PERMISSIONÁRIA à Administração da Estação Rodoviária de Brasília, 90 (noventa) dias antes de seu término.

PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer das obrigações ora contraídas serão motivo para rescisão do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA, e expirar - se - á 02 (dois) anos, após o seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas avulsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) MARCILIO MARQUES BOTTI; Pela PERMISSIONÁRIA: (as.) AVELINO SARMENTO FURTADO; Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES; (as.) JOÃO CARVALHO DA SILVA. VISTO: Em, 22/08/77. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF. (DAR, de 19.08.77 - Cr$ 854,40).

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/77 - CL - RA - III

Tornamos públicos, para conhecimentos dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 15 (quinze) de setembro de 1977, na sala de reuniões da Administração Regional, sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas para execução, sob o regime de empreitada por preço global, de uma Escola Modulada, sua urbanização, bem como urbanização de uma Praça, situada à QSE 12/14, na Cidade Satélite de Taguatinga - DF.

No endereço acima mencionado, acha- se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 26 de agosto de 1977

Engº. GILSON RODRIGUES
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/77 - CL - RA - III

Tornamos públicos, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 19(dezenove) de setembro de 1977, na sala de reuniões da Administração Regional, sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas para execução, sob o regime de empreitada por Preço Global dos serviços de reforma e ampliação a serem realizadas no Centro de Ensino nº 05, localizado no setor QNM - 14, Área Especial, Ceilândia/Taguatinga - DF.

No endereço acima mencionado, acha- se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 26 de agosto de 1977

Engº. GILSON RODRIGUES
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA- CAESB

TOMADA DE PREÇOS Nº TP- 041/77 - CAESB

PARA AQUISIÇÃO DE TRANSDUTORES, DESTINADOS À ELEVATÓRIA DE ÁGUA BRUTA DO SISTEMA RIO DESCOBERTO.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES comunica que o recebimento das propostas para aquisição de transdutores, destinados à Elevatória de Água Bruta do Sistema Rio Descoberto, objeto da Tomada de Preços em epígrafe, fica adiado para o dia 22 de setembro de 1977, às 10:00 horas, na sala de Licitações, no 2º andar do seu Edifício- Sede, Quadra 13, nºs 67 a 97, Setor Comercial Sul, em Brasília - Distrito Federal.

Quaisquer informações ou dúvidas adicionais a respeito do Edital, serão prestadas no Serviço de Apoio as Licitações no mesmo local do Edifício.

Brasília, 29 de agosto de 1977

ENGº NEI JAPUR
Departamento de Material

BANCO INDEPENDÊNCIA- DECRED DE INVESTIMENTO S.A.
SOB INTERVENÇÃO
C.G.C. Nº 42.171.132/001
INDEPENDÊNCIA S.A.- FINANCIAMENTO, CRÉDITO E INVESTIMENTOS
SOB INTERVENÇÃO
C.G.C. Nº 60.395.050/0001
INDEPENDÊNCIA S.A.- DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
SOB INTERVENÇÃO
C.G.C. Nº 33.279.118/0001

EDITAL DE LICITAÇÃO PUBLICA

Com base na Lei nº 6.024, de 13.03.74, os Interventores receberão, até às 16 horas do dia 30.09.77, propostas para transferência do contrato de locação da loja nº 38 sita à Galeria do Hotel Nacional, em Brasília- D.F. e aquisição dos móveis, telefones e respectivas instalações.

As informações necessárias serão prestadas no endereço acima, local onde as propostas serão abertas e examinadas, na presença dos interessados, às 15 horas do dia 03.10.77, reservado aos Interventores o direito de recusarem toda e qualquer proposta considerada insatisfatória.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1977

BANCO INDEPENDÊNCIA- DECRED DE INVESTIMENTO S/A
- Sob Intervenção-

JOSÉ FERNANDES RIBEIRO
Interventor

INDEPENDÊNCIA S/A
Financiamento, Crédito e Investimentos
Sob Intervenção

WALTER VIEIRA LOPES
Interventor

INDEPENDÊNCIA S/A.- Distribuidora de Títulos
e Valores Mobiliários- Sob Intervenção

WILSON DIAS DE SEIXAS
Interventor

(DAR 26.08.77- Cr$ 180,00)

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA
CLS 403 - Bl. D - Loja 20 - Caixa Postal 2.190 - CEP. 70.000 - Fones 224.8292 - 224.7292 - 224.6562

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PLEITO

Em atendimento ao que dispõe o art. 70 da Portaria Ministerial nº 3.437 de 20 de dezembro de 1974, tornamos público que nos dias 8, 9, e 10 de agosto de 1977, foram realizadas as eleições neste órgão de Classe, tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os seus órgãos de administração e representação:

Diretoria:
Efetivos
Presidente
Benedito Pereira Santana
Secretário
Jaime Vilela Dias
Tesoureiro
Antônio Geraldo Souto

Conselho Fiscal:
Efetivos
José David França
José Maria dos Santos
Jair de Oliveira

Delegação Federativa:
Efetivos:
Benedito Pereira Santana
Antônio Geraldo Souto

Suplentes
Yvan Mendes
Francisco Lima
Manoel Maia

Suplentes
José Gaspar de Souza
Antônio Alves Caixeta
Paulo Pereira da Silva

Suplentes
Manoel Maia
Paulo Pereira da Silva

Os componentes dos aludidos órgãos serão empossados no dia 06 de setembro de 1977.

Brasília, DF, 26 de agosto de 1977
BENEDITO PEREIRA SANTANA
Presidente - S.C.A. V.R.B.
(DAR, de 26.08.77 - Cr$ 168,00)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O.- NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 115/77- CPL PARA EXECUÇÃO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DAS OBRAS DE HUMANIZAÇÃO SITUADAS NO SETOR COMERCIAL SUL, EM BRASÍLIA- DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL- NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 15:00 horas do dia 08 de setembro de 1977, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital encontra- se a disposição dos interessados na Unidade de Licitação para Obras e Serviços da CPL- NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 23 de agosto de 1977.
Engº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS
DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
SEDE PRÓPRIA: SETOR DE CLUBE ESPORTIVO NORTE- LOTES 5A E 5B

ASSEMBLÉIA GERAL
CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente do CRESSPOM, ficam os Senhores Associados do Clube, com direito ao voto, convocados, de conformidade com o estabelecido na letra "g", do Art. 35 do Estatuto, a reunirem- se, em assembléia geral, na Sede do Clube, sito no Setor de Clubes Esportivos Norte, no dia 04 de setembro de 1977, às 10:00 hs, em primeira convocação com número legal de associados e, às 10:30 hs, com qualquer número, para, de conformidade com o previsto no Art. 17, letra "g", deliberarem sobre a seguinte ordem- do-dia:

1- alteração estatutária, proposta pelo CS;
2- assuntos gerais.

Brasília, DF, 25 de agosto de 1977

EYPIGUES GOMES BARBOZA
1º Secretário

(DAR, de 26.08.77- Cr$ 100,80)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 45/77- CL- SEA- TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, REFRIGERADOR, CIRCULADOR DE AR, CONGELADOR, ENCERADEIRA, SANDUICHEIRA, MÁQUINA PARA CAFÉ, GEI- 03.
Horário: 09:00 horas

EDITAL Nº 46/77- CL- SEA- TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE: ESCREVER ELÉTRICA, MANUAL, CALCULAR, COPIADORA, FOTOCOPIADORA E RELÓGIO DE PONTO. GEI- 01.-
Horário: 14:30 horas

EDITAL Nº 47/77- CL- SEA- TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, APARELHOS PARA MEDICINA, CIRURGIA, ODONTOLOGIA E SEMELHANTES, GEI- 04 e 07; GMP- 14; e GMC- 09.
Horário: 16:00 horas

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, faz público, para conhecimento dos interessados, que no dia 12 de setembro do ano em curso, nos horários acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trecho 3/4, Lotes 1690/1720, nesta Capital, reunir- se- á a referida Comissão, a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento dos materiais objeto dos Editais epigrafados.

Cópias dos Editais poderão ser obtidas no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, situado no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas

Brasília, 25 de agosto de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.